

USINA HIDRELÉTRICA - JIRAU

AHE JIRAU

PROGRAMA DE REMANEJAMENTO DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS

ANEXO AO RELATÓRIO FINAL DE IMPLANTAÇÃO

Abril de 2012

Programa de Remanejamento das Populações Atingidas

Anexo ao Relatório Final de Implantação

SUMÁRIO

1 Introdução

2 Atendimento aos Objetivos do Programa

2.1 SubPrograma de Remanejamento das Populações Atingidas

2.2 Subprograma de Reorganização das Atividades Produtivas

2.3 Subprograma de Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida

2.4 Subprograma de Monitoramento da Viabilidade Econômica de Atividades Reorganizadas

3 Atendimento às Metas do Programa

4. Resultados

4.1. Atividades do Período - Dezembro de 2011 a fevereiro de 2012

4.1.1 SubPrograma de Remanejamento das Populações Atingidas

4.1.2 Subprograma de Reorganização das Atividades Produtivas

4.1.3 Subprograma de Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida

4.1.4 Subprograma de Monitoramento da Viabilidade Econômica de Atividades Reorganizadas

4.2. Resultados Consolidados - Dezembro de 2008 até Fevereiro de 2012

4.2.1 Subprograma de Remanejamento das Populações Atingidas

4.2.2 Subprograma de Reorganização das Atividades Produtivas

4.2.3 Subprograma de Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida

4.2.4 Subprograma de Monitoramento da Viabilidade Econômica de Atividades Reorganizadas

5. Indicadores

6. Interfaces

7. Atendimento ao Cronograma

8. Atividades Futuras

9. Conclusões

10. Anexos

1. INTRODUÇÃO

Este relatório consolida as atividades desenvolvidas na implantação do Programa de Remanejamento das Populações Atingidas, compreendendo as atividades desde o início do Programa em 2008 até fevereiro de 2012.

Corresponde a uma síntese do conjunto dos trabalhos desenvolvidos e das ações que foram realizadas para atender ao processo de remanejamentos da população atingida, e foi elaborado complementarmente ao relatório consolidado apresentado em novembro 2011, onde se apresentava a visão ampla do processo de remanejamento da população.

Assim, este Relatório apresenta as atividades e os resultados do Programa de Remanejamento das Populações Atingidas e o atendimento às Condicionantes, estruturado da seguinte forma e de acordo com as seguintes linhas de ações: **Reestruturação e Monitoramento**, conforme detalhado a seguir:

- Reestruturação

Desenvolvida através de dois subprogramas que concernem aos processos de relocação da população atingida e de recomposição das atividades produtivas:

- SubPrograma de Remanejamento das Populações Atingidas
- Subprograma de Reorganização das Atividades Produtivas

- Monitoramento

Tem como escopo, acompanhar e analisar os desdobramentos e resultados previstos na linha de Reestruturação e conta com dois subprogramas:

- Subprograma de Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida;
- Subprograma de Monitoramento da Viabilidade Econômica de Atividades Reorganizadas

2. ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

2.1 SubPrograma de Remanejamento das Populações Atingidas

Tem por objetivo: assegurar às famílias, condições melhores ou equivalentes de moradia e de acesso a serviços básicos, como: saneamento, água, saúde, telefonia, educação, energia elétrica, segurança, lazer e transporte, de modo a garantir a manutenção ou melhoria dos padrões de qualidade de vida dessas pessoas. Para que os objetivos recomendados nesse Subprograma fossem atendidos foram executadas as seguintes atividades:

SubPrograma de Remanejamento das Populações Atingidas Atendimento aos Objetivos, conforme PBA item 4.25.7	
Ações	Item
Implantação do centro de atendimento em Mutum Paraná	4.2.a
Realização de cadastro físico-fundiário das propriedades e socioeconômico das famílias	4.2.b
Sistematização de dados do cadastro	4.2.c
Pesquisa de preços e elaboração do caderno de preços	4.2.d 4.2.e
Valoração de terras (ou propriedades) e benfeitorias Apresentação de Valores/Negociação	4.2.f
Elaboração de Laudos de Avaliação	4.2.j
Critérios para Categorias sociais e Elegibilidade	4.2.g
Desenvolvimento de Sistema de Co-Gestão com Populações Atingidas	4.2.h
Desenvolvimento de projetos e construção de reassentamentos coletivos	4.2.i
Estudos de Caso	4.2.k
Mudança das famílias atingidas	4.2.l
Desmobilização das construções e desinfecção das propriedades na área atingida	4.2.m
Consolidação de Planos de Compensação de Acordo com Perfil Socioeconômico dos Atingidos e Físico-Fundiário das Propriedades	4.2.n

(1) As evidências estão presentes no 5º. Relatório Semestral protocolado no IBAMA em 09/03/2012. Correspondência AJ/TS 465-2012.

2.2 Subprograma de Reorganização das Atividades Produtivas

Tem por objetivo: evitar o empobrecimento e exclusão econômica da População Atingida ao criar condições de desenvolvimento e de continuidade de atividades produtivas ambientalmente e economicamente sustentáveis de acordo com os perfis de ocupação, renda e subsistência identificados, considerando as vocações da região e as demandas de trabalho criadas pelo próprio empreendimento. Para que fossem alcançados os objetivos recomendados nesse Subprograma foram desenvolvidas as seguintes ações/ atividades:

- **Ações em comum (Rural e Urbano)**

- Contatos iniciais efetuados com empresas e entidades do município de Porto Velho e de Nova Mutum – Paraná em busca de parcerias para o desenvolvimento de projetos;
- Contatos com representantes das instituições religiosas existentes em Nova Mutum-Paraná (Igreja Batista Nacional, Igreja Assembléia de Deus, Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Batista, Igreja Tabernáculo da Fé);
- Contatos com representantes das escolas existentes em Nova Mutum-Paraná (escola particular e escola municipal);

- Contatos com diretoria da Associação dos Moradores de Nova Mutum-Paraná (Sr. Jacó e prof. Nélio)
- Visitas às feiras de Porto Velho e Ariquemes com o objetivo de buscar informações que possam ser aproveitadas na construção de um modelo específico de feira para Nova Mutum Paraná;
- Acompanhamento familiar em situações de vulnerabilidade social, desestruturação familiar, alcoolismo, baixa renda, situações estas potencialmente geradoras de problemas familiares;
- Contatos com banco de investimento (BASA – Banco da Amazônia) com objetivo de identificar linhas de crédito existentes e formas de acesso;
- Participação na organização e execução de ação visando cadastramento de famílias para acesso a tarifa social (CadÚnico), em parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Velho;

- **Ações do setor urbano**

- Atendimento social à população remanejada;
- Promoção e participação em reuniões com a comunidade urbana de Nova Mutum Paraná (Grupo de Trabalho Urbano);
- Orientação para o acesso ao benefício da tarifa social de energia elétrica para a população da área urbana;
- Articulação com entidades de ensino objetivando a inserção de jovens estudantes de Nova Mutum Paraná em curso técnico voltado para a fase de operação da Usina de Jirau;
- Visitas aos reassentados que optaram por carta de crédito para levantamento de dados referente à sua inserção no novo contexto social (localidade e oportunidades de renda);
- Levantamento do quantitativo de filhos dos remanejados na área rural em idade escolar para encaminhamento à Secretaria Municipal de Educação – SEMED, com objetivo da garantia de acesso ao transporte escolar, previsto em lei;
- Organização de grupo de empresários urbanos (reassentados) e posterior acompanhamento em visita ao (BASA – Banco da Amazônia);
- Início de trabalho de organização da classe empresarial (formação de entidade representativa);
- Contatos com associação comercial de Porto Velho com objetivo de inserção dos empresários de Nova Mutum Paraná;
- Atendimentos e encaminhamentos de reassentados urbanos interessados em investir ou ampliar seus negócios em Nova Mutum Paraná;

- **Ações do setor rural**

- Acompanhamento social à população remanejada da área Rural;
- Assistência técnica e acompanhamento aos agricultores e das propriedades do reassentamento rural coletivo;
- Visita ao Projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado) em Nova Califórnia – Município de Porto Velho – RO com grupo de reassentados;

- Preparo do solo, distribuição de insumos e implantação dos cultivos de subsistência nas propriedades do reassentamento rural coletivo;
- Visitas às áreas rurais e entrevistas com os reassentados para definições sobre projetos de geração de renda;
- Elaboração de estudos de viabilidade para implantação de projetos de geração de renda;
- Visitas técnicas institucionais, em projetos implantados em busca de alternativas e referências para implantação de projetos de geração de renda;
- Preparo de solo, distribuição de insumos e início de implantação de projetos de geração de renda;
- Vistorias e acompanhamentos nas aquisições diversas pra implantação de projetos de geração de renda;
- Início da aquisição e entrega de benefícios (insumos, equipamentos, materiais de construção) necessários para implantação de projetos de renda, de acordo com estudos de viabilidade elaborados;
- Apoio a organização dos reassentados com o objetivo de formação de associação representativa da classe, com vistas a eleição de diretoria e constituição da associação;
- Apoio a organização dos reassentados com o objetivo de participação em entidade representativa da classe (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto Velho), para que os mesmos possam usufruir dos benefícios concedidos à categoria (participação como fornecedores nos programas governamentais de compra de alimentos: PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, participação de campanhas de doação de sementes e outros insumos por parte do governo federal, recursos a fundo perdido para implantação de projetos de agregação de valor e renda, entre outros).

2.3 Subprograma de Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida

Tem por objetivo: avaliar a mobilidade socioeconômica das famílias atingidas pela formação do reservatório desde o local de origem até a sua estabilização no novo contexto, verificando se o processo proporcionou a manutenção ou a melhoria da qualidade de vida.

Acompanhamento das famílias em diferentes cortes de tempo pré-determinados, comparando-os, permitindo a adoção de medidas corretivas, ou complementares, quando necessárias.

Ações desenvolvidas - Posterior as Campanhas de campo (Etapas: T0 e T1).

- Organização de dados colhidos em *Campanhas de Campo (T0 e T1)*.
- Inserção de dados da etapa T0 no sistema Desktop de Banco de Dados MS ACCESS.
- Elaboração de apresentação ao IBAMA das atividades executadas pelo programa de monitoramento, compreendendo o período de setembro a dezembro de 2011 em 30/01/12, no seminário em Brasília.
- Elaboração de planilhas com informações diversas dos beneficiários, por modalidade.

- Diagnóstico da Situação Econômica e da Dinâmica Socioespacial das Famílias de Reassentamento Urbano – Nova Mutum Paraná (Reassentamento Urbano, Reassentamento Urbano com Ponto Comercial e Comércio). Vide 10.23

2.4 Subprograma de Monitoramento da Viabilidade Econômica de Atividades Reorganizadas

O prazo de execução para as atividades de monitoramento e avaliação da viabilidade econômica das atividades reorganizadas é de 3 anos após a entrada em operação do AHE Jirau. Portanto, ainda não foram iniciadas atividades deste subprograma.

3. ATENDIMENTO ÀS METAS DO PROGRAMA

Quadro 01 : Status de Atendimento às Metas Previstas no Programa

Metas	Resultados Obtidos	Status	Evidências
Estruturar Centro de Atendimento de Mutum-Paraná	Encaminhamento de demandas registradas em atendimentos individuais e coletivos.	Atendido	Quadro com o resumo dos atendimentos. Ver item 4.2.a
Realizar cadastro socioeconômico da população atingida e cadastro físico fundiário das propriedades situadas nas áreas do reservatório, da APP e do canteiro de obras.	Identificação e enquadramento dos beneficiários das modalidades de remanejamento Conhecimento do patrimônio a ser indenizado Reconhecimento dos vínculos sociais, econômicos e culturais da população atingida com a propriedade e a região onde vivem e trabalham.	Atendido	Realização do Cadastro Físico - Fundiário das áreas urbanas e rurais. Cadastro Socioeconômico (CSE) da área urbana e rural do AHE Jirau em 2009. Concluído e ajustado em função da demanda do IBAMA relativa à área de remanso e definição da APP, conforme CSE Remanso. Ver item 4.2.b e o 5º. Relatório Semestral . Protocolado no IBAMA em 09/03/2012. Correspondência AJ/TS 465-2012.
Apresentar proposta de APP em conformação flexível entre 100 e 500 metros levando em conta critérios de ocupação humana.	Aprovação da proposta de APP pelo órgão ambiental Área de APP com a menor quantidade possível de novos atingidos.	Atendido	Atendimento a Condicionante 2.32 da LI nº 621/2009. Nova proposta de delimitação da APP, com base no Ofício nº174/2011/GP/IBAMA e adequações solicitadas pelo IBAMA em 01/06/2011 e posteriormente no Parecer Nº 142/2011 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Ver item 4.2.b e 5º. Relatório Semestral
Realizar Estudos de Caso quando identificados os atingidos fora das Atas Notariais.	Resolução de Estudos de Caso de maneira satisfatória para atingidos e empreendedor.	Atendido Área Urbana e Área Rural	Finalização dos Estudos de Caso nas áreas urbana e rural. Cinco (5) Estudos de Caso na área rural encontra-se em análise pelo IBAMA no momento. Ver item 4.2.k
Sistematizar as informações dos cadastros para enquadramento em critérios de elegibilidade.	Resolução de Estudos de Caso de maneira satisfatória para atingidos e empreendedor.	Atendido	Elaboradas planilhas e mapeamento das propriedades, de maneira a analisar cada caso e enquadrar de acordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos no Programa. Ver item 4.2.g
Organizar Comitê de Sustentabilidade do Programa composto pelo empreendedor, representantes das comunidades e representantes do executivo e legislativo local	Envolvimento da população atingida, dos poderes públicos e da sociedade civil através de representantes que contemplem os diferentes segmentos e grupos sociais Consolidação dos Comitês de Sustentabilidade como grupos de consulta e acompanhamento	Atendido	Quando da estruturação deste Comitê, foi definido que o mesmo tivesse atuação ampliada para todos os programas do PBA. Ver Quadro 09

Metas	Resultados Obtidos	Status	Evidências
Realizar reuniões trimestrais dos Comitês de Sustentabilidade (rural e urbano)	Envolvimento da população, dos poderes públicos e da sociedade civil através de representantes dos diferentes segmentos e grupos sociais Consolidação dos Comitês de Sustentabilidade como grupos de consulta e acompanhamento.	Atendido	Ver Quadro 09
Realizar reuniões trimestrais participativas entre atingidos, seus representantes nos Comitês e equipes de Comunicação Social para definição de pautas, em locais e horários acessíveis	Envolvimento da população atingida, dos poderes públicos e da sociedade civil nos processos de participação instituídos. Consolidação de cultura participativa entre os atingidos e o empreendedor Estabelecimento de canal de diálogo com o empreendedor	Em atendimento Permanente	Realizadas reuniões do Comitê, GTs Urbano e Rural. Visitas dos agentes de comunicação e reuniões de apresentação das campanhas, resultados dos Programas e outras definições. Ver Quadro 09 e Quadro 10
Realizar encontros semestrais com atingidos em escolas, unidades de saúde e centros comunitários para apresentação de planos, medidas, cronogramas e avaliação de resultados.	Sensibilização do empreendedor para com as demandas dos atingidos. Conscientização dos atingidos, democratização da informação e horizontalização de relações de diálogo	Atendido	Reuniões formais realizadas no âmbito do Comitê de Sustentabilidade e dos Grupos de Trabalho (Rural e Urbano). Ver Quadro 09 e Quadro 10
Realizar fóruns anuais em N. Mutum Paraná com os atingidos - área urbana e rural para avaliação dos resultados e medidas em implementação.		Atendido	Realizado em Nova Mutum Paraná, no dia 12/05/2011, na Escola Nossa Senhora de Nazaré. Em 20 de março será realizado o Encontro Intercomunitário.
Determinar Valor da Terra Nua (VTN) de propriedades rurais	Construção de critérios e parâmetros de valoração de forma participativa; Valoração equânime e facilmente explicável Criação de instrumentos que facilitem a localização, identificação, avaliação, negociação e acompanhamento da documentação.	Atendido	No processo de avaliação das propriedades, foi determinado o VTN, conforme pode ser verificado nos laudos das propriedades e na metodologia aprovada na ANEEL. Item 4.2.f
Calcular valor das benfeitorias em propriedades rurais e urbanas.		Atendido	Calculado o valor das benfeitorias, de acordo com as normas de avaliação e caderno de preços protocolado no IBAMA. 2º Relatório Semestral. Item 4.2.f

Metas	Resultados Obtidos	Status	Evidências
Validar metodologia de valoração de terras e benfeitorias junto às populações atingidas.	Idem	Atendido	A metodologia de avaliação foi apresentada e discutida com as populações nas reuniões dos GT's. Foi disponibilizado o caderno de preços no Centro de Informações, para consulta. Esta documentação foi encaminhada ao IBAMA no 2º Relatório Semestral. Ver item 4.2.f
Caracterizar as propriedades a partir de características físicas e geográficas (NBR-8799 para Imóveis Rurais e NBR-5676 para Imóveis Urbanos, ABNT).	Idem	Atendido	Todo o processo de levantamento físico e avaliação foi realizado de acordo com as Normas da ABNT.
Realizar procedimentos para negociação de propriedades atingidas - critérios do Caderno de Preços para Terra Nua - Construções e Instalações e para a Produção Vegetal em consonância com as Normas (ABNT) e exigências da ANEEL.		Atendido	Foi disponibilizado o caderno de preços no Centro de Informações, para consulta. Esta documentação foi encaminhada ao IBAMA no 2º Relatório Semestral. Item 4.2.e
Disponibilizar a modalidade de carta de crédito urbana e rural para as famílias que não desejarem optar pelos reassentamentos ou indenização.	Baixa interferência nas relações comunitárias com maior número de optantes pelo reassentamento coletivo Baixa interferência nas relações comunitárias com maior número de optantes pelo auto-reassentamento.	Atendido	Conforme Plano de Remanejamento foram oferecidas três modalidades de remanejamento para a população: Indenização (somente para proprietário/posseiros); Carta de Crédito e Reassentamento (para todos os residentes, tanto proprietário/posseiros, quanto não proprietários).
Oferecer os mesmos direitos dispensados aos proprietários com titulação legal aos posseiros que evidenciem posse pacífica e mansa da terra ou imóvel, sem contestação de terceiros e com a possibilidade de obtenção de	Indenizações socialmente justas. Alto índice de aquisições amigáveis Baixo índice de aquisições por via judicial Reassentamento da totalidade de famílias não-proprietárias com elegibilidade Igualdade de direitos entre posseiros de boa fé e proprietários com titulação Legal	Atendido	No Plano de Remanejamento, não é feita distinção entre proprietários e posseiros. A ESBR considera os posseiros como donos na terra.

Metas	Resultados Obtidos	Status	Evidências
Oferecer as modalidades de Carta de Crédito e Reassentamento Coletivo a não proprietários (meeiros, agregados, parceiros etc) com vínculo econômico com a propriedade.		Atendido	Foram fornecidas as modalidades de carta de crédito ou reassentamento aos não proprietários.
Disponibilizar opção de relocação em área remanescente em caso de viabilidade social, ambiental e econômica .		Atendido	O trabalho na área rural vem sendo desenvolvido sempre verificando a viabilidade de permanência na área remanescente, evitando desta forma a relocação quando não é necessária.
Formalizar adesão das famílias atingidas às alternativas de remanejamento de sua escolha, dentro dos critérios de elegibilidade.		Atendido	Formalizados através de Cartas e Recebimentos de Benefícios e Termo de Opção, o qual é assinado com a escolha da opção por cada família.
Providenciar mudança de atingidos para novas propriedades (carta de crédito e indenização)		Atendido	Na área urbana 100% da população já obteve o já obteve o benefício da mudança. , na área rural todas as propriedades negociadas que foram adquiridas na totalidade já receberam o auxílio mudança Item 4.2.1
Definir locais para Reassentamento Rural que garantam condições como fertilidade/productividade do solo, acesso à água, estradas de acesso, ausência de risco de alagamento, proximidade com a BR-364.	Melhoria nas condições de moradia e de acesso a infra-estrutura da população com relação às condições anteriores ao remanejamento Melhoria nas condições de produção, comércio e serviços dos reassentados	Atendido	Projetos de Viabilidade Técnica e Econômica do Reassentamento Rural Coletivo -ECSA.. Projetos de Renda - Status e Previsões . Anexo 10.3. Projetos de Renda e 10.6. Estudos de Viabilidade
Elaborar Projetos de Reassentamento em consonância com as normas municipais e estaduais e com as demandas e perfis dos reassentados e de suas atividades produtivas	Alto índice de satisfação dos reassentados com os respectivos reassentamentos	Em Atendimento	Iniciou-se em maio 2011, a análise de viabilidade do reassentamento rural coletivo. A equipe da Assistência Técnica e Social está visitando cada proprietário, tanto na área rural quanto urbana, e discutindo alternativas de projeto de geração de renda, incluindo estudo e análise de viabilidade das idéias apresentadas. Projetos de Renda e Estudos de Viabilidade

Metas	Resultados Obtidos	Status	Evidências
Validação dos projetos e definição da disposição dos grupos a serem relocados tanto em reassentamento urbano quanto rural pelo atingidos	Melhoria nas condições de moradia e de acesso a infra-estrutura da população com relação às condições anteriores ao remanejamento Melhoria nas condições de produção, comércio e serviços dos reassentados	Atendido	Reuniões de apresentação dos projetos de reassentamento rural e urbano. Em 04/2011 - Reunião das Famílias que optaram pelo Reassentamento Rural Coletivo e em 01/2011 - Informações da área (lotes) destinada para o reassentamento das famílias. 5º. Relatório Semestral .
Construir os assentamentos rural e urbano com suporte de infra-estrutura básica, serviços de educação e saúde, equipamentos comunitários e de lazer em consonância com os códigos de obras, de posturas e demais legislações pertinentes, quando não disponíveis em distância adequada	Alto índice de satisfação dos reassentados com os respectivos reassentamentos	Atendido	O reassentamento urbano é a localidade de Nova Mutum Paraná, construída com todos os itens de infraestrutura, conforme já informado ao órgão. O reassentamento rural foi implantado a uma distância de 04 (quatro) quilômetros de Nova Mutum Paraná.
		Em atendimento	Infraestruturas do Reassentamento Rural Coletivo em implantação.
Oferecimento de assistência técnica e social à produtores rurais por equipe composta de agrônomo e profissional da área social.		Atendido	Trabalho de assistência social iniciado no início do remanejamento para NMP (agosto de 2010). 5º. Relatório Semestral e Quadros 4, 26, 27 e 28.
Transição para técnicas agrícolas ambientalmente sustentáveis e adequadas à região, de modo a evitar práticas de queimadas e desmatamento.		Em Atendimento	Visita dos reassentados do reassentamento rural coletivo ao Projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado) em Nova Califórnia – distrito de Porto Velho, para conhecer experiências de implantação de SAFs (Sistemas Agro Florestais) e sensibilizá-los quanto à importância da implantação de sistema semelhante nas suas propriedades

Metas	Resultados Obtidos	Status	Evidências
Implementar medidas de apoio ao empreendedorismo na área de comércio e serviços, com qualificação e assistência técnica para gestão de recursos financeiros, pesquisa de mercado)	Alto índice de adesão às propostas das linhas de investimento Atração de grandes investidores para o Fundo de Responsabilidade Social Consolidação de mecanismos de desenvolvimento sustentável na região	Em Atendimento	Convênio com o SEBRAE de Cooperação Técnica N° 009/09 - sondagem empresarial realizada em Mutum Paraná. 5º. Relatório Semestral - Curso: Aprender a Empreender, em Mutum Paraná. 5º. Relatório Semestral - Curso: Programa de Qualificação de Pequenas e Médias Empresas. - Curso de Boas Vendas. 5º. Relatório Semestral Convênio com o Instituto Pro-Natura: O Projeto Integrado de Piscicultura e Agroecologia. Contatos iniciais efetuados por com a Associação Comercial de Porto Velho através do Sr. Antonio Souza Neto, para obter informações sobre os 1ºs passos para formação de entidade representativa de Nova Mutum Paraná. Em seguida foi enviado e-mail para o Sr. Wanderlei Oriani, presidente desta entidade, solicitando reunião para esclarecimentos sobre formas de inserção dos empresários de Nova Mutum Paraná na Associação Comercial de Rondônia. Interesse despertado por empresários de Nova Mutum Paraná logo após reunião com o Gerente Geral do Banco da Amazônia de Porto Velho, Sr. Gilberto Jordan de Almeida.
Implementar medidas de apoio para beneficiamento de produtos com vistas a agregar valor aos mesmos (interface com programa de compensação social)	No âmbito da Compensação Social, dentro do Subprograma de qualificação da População e desenvolvimento de Oportunidades: (i) Convenio 39/2012 para qualificação de fornecedores; (ii) qualificações não relacionadas ao empreendimento – Proposto junto a SEMAGRIC. No âmbito da Assistência Técnica e Social para a Reinserção Econômica e Social das famílias remanejadas tem sido promovidas reuniões e atendimentos para definição dos projetos. A articulação das ações permitira definir as linhas e as ações.	Em atendimento	SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Parceria em andamento com o SENAR, entidade esta que, através dos seus cursos voltados para a agricultura familiar, irá capacitar os beneficiários tanto na produção primária (cursos de cultivo de banana, cultivo de pupunha, avicultura caipira, fruticultura, olericultura, piscicultura, entre outros) como no beneficiamento dos produtos (beneficiamento do leite, beneficiamento e conservação do pescado, fabricação de farinha de mandioca, fabricação de doces, geléias, conservas, melado, rapadura, sabonetes de ervas aromáticas entre outros)

Metas	Resultados Obtidos	Status	Evidências
Implementar medidas de apoio para escoamento e comercialização de produtos (interface com programa de compensação social)	No âmbito da Compensação Social – Subprograma de Qualificação da População e desenvolvimento de Oportunidades – Convênios: 373/ 2010 e 038/2012 trata da doação de Recursos a SEMAGRIC, especificamente para Escoamento da Produção e assistência Técnica dos Agricultores da Região; No âmbito da ATS e do Programa de Educação Ambiental se estabelecem parcerias: Iº e IIº Encontros Intercomunitários para ampliação da rede de produtores e comercialização junto a entes públicos.	Em atendimento	Contatos com a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), empresa que coordena as ações do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, política pública do Governo Federal através da qual são adquiridos produtos da agricultura familiar, garantindo-lhes a comercialização de parte da sua produção; Prospecção de feiras regionais (Ariquemes e Porto Velho), com o objetivo de desenvolver modelo a ser aplicado em Nova Mutum – Paraná, para atendimento tanto ao público reassentado da área rural (produção) quanto ao público reassentado da área urbana (consumo).
Formar redes que reúnam trabalhadores e associações representativas de diferentes atividades produtivas da AID e da AIISE e para articulação e formalização de produção regional; (interface com programa de compensação social)	Idem anterior	Em atendimento	-Formação de entidade representativa da classe: A 1ª. discussão aconteceu durante visita ao Projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado) em Nova Califórnia – RO nos dias 23 e 24/11/2011; a 2ª. Discussão ocorreu na reunião com grupos de reassentados em 04/12/2011 na propriedade do beneficiário Sr. Feliciano Velasquez, a 3ª. discussão aconteceu em 15/2 Escola Municipal Nossa Senhora de Nazaré em NMP e a 4ª. reunião, já para votação da 1ª. diretoria, aconteceu no dia 25/2 no Centro Administrativo de NMP - Reunião de esclarecimentos com a entidade representativa da classe (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto Velho) sobre a possibilidade de participação dos reassentados nas políticas públicas; em projetos de apoio à agricultura familiar (entre outros doação de insumos, equipamentos, benefícios etc.). Dia 03/02 no Centro Administrativo de NMP. Encaminhamentos desta reunião: agendada data para realização de ação (24/03) a ser realizada em NMP para filiação dos interessados.

Metas	Resultados Obtidos	Status	Evidências
Implementar medidas de apoio ao empreendedorismo na área de comércio e serviços, com qualificação e assistência técnica para gestão de recursos financeiros, pesquisa de mercado	Convênio 00/2009 – assinado com SEBRAE para capacitação de Comerciantes, ainda em Mutum Paraná. Em março de 2011, em parceria com o SEBRAE, (já com a mudança dos comerciantes para Nova Mutum Paraná) realizada Ação para Orientação e orientações sobre o legislação, linhas de financiamento, controle financeiro e plano de negócios.	Em atendimento	O Subprograma de Monitoramento vem visitando comerciantes remanejados para identificar características das atividades em desenvolvimento, de modo a definir parâmetros para sustentabilidade das atividades desenvolvidas ou planejadas.
Traçar planejamento participativo de longo prazo para viabilidade econômica das atividades a serem reorganizadas.	Contrato FGV para elaboração de Plano de Longo Prazo; contrato Instituto Pro Natura para Estudo das cadeias Produtivas;	Atendido	Contratação da Fundação Getúlio Vargas - Planos de desenvolvimento Local de Longo Prazo e identificação de linhas de atividades sustentáveis. Contratação do Instituto Pro Natura - Estudos de Viabilidade das cadeias produtivas em sistemas agroflor., processamento da madeira, pesca e piscicultura e agricultura orgânica.
Experimento Cooperativa de Agricultores do PEA – Observatório Formar redes que reúnam trabalhadores e associações representativas de diferentes atividades produtivas da AID e da AIISE e para articulação e formalização de produção regional;	No âmbito do Programa de Educação Ambiental: Implantação da COOPPROJIRAU; Visita ao RECA; Implantação do projeto Piloto de Agroecologia e Piscicultura, junto ao Reassentamento Rural Coletivo, em NMP.	Atendido	Observatório Ambiental Jirau fundou em 2010, a Cooperativa dos Produtores Rurais do Observatório Jirau – COOPPROJIRAU, com sede em Nova Mutum Paraná. Os cooperados estão envolvidos com os Projetos de Coleta de Sementes, Produção de Mudanças de essências nativas para comercialização. Para a safra de 2011/2012 foi formalizado um contrato entre a COOPPROJIRAU e a ESBR visando estabelecer os parâmetros técnicos e comerciais de compra e venda de mudas de acordo com as necessidades da Empresa.
Estabelecer parcerias e convênios com órgãos públicos, universidades, institutos de pesquisa e organizações.	No âmbito do Programa de Educação Ambiental – PEA: realização do Iº e IIº Encontros Intercomunitários – formalização de parcerias públicas e privadas; No âmbito da ATS do subprograma De Inserção Econômica e Social da População – visitas institucionais para identificação de linhas de Fomento e Capacitação	Em andamento	Reunião entre grupo de empresários reassentados da área urbana e o Gerente Geral do Banco da Amazônia de Porto Velho, Sr. Gilberto Jordan S. de Almeida, com objetivo de obter informações sobre linhas de crédito para investimentos. Encaminhamentos: O grupo deverá promover reunião para discussão sobre forma de organizar entidade representativa da classe. O Gerente do BASA enviará relação de documentos necessários para cadastro dos empresários junto à esta entidade.

Metas	Resultados Obtidos	Status	Evidências
Garantir a participação da juventude nas ações de qualificação.	Melhorar condições de vida de grupos sociais vulneráveis reassentados, especialmente jovens e idosos. Ampliar gama de oportunidades da juventude rural e urbana.	Atendido	Aplicações de Recursos no Projeto "Nós da Prevenção de Drogas" nas Escolas pela Cultura da Paz" e na qualificação profissional para Jovens e Adultos no âmbito do EJA, em parceria com a Prefeitura.
Garantir medidas de apoio aos idosos e portadores de necessidades especiais	Participação no Observatório de Munitores na área de manejo	Atendido	Foram criadas oportunidades para portadores de necessidades especiais na produção de mudas no viveiro localizado em Nova Mutum Paraná.
Monitorar a reinserção social e avaliar a recomposição da qualidade de vida do público-alvo por meio de metodologia participativa por 3 anos após o reassentamento	Instrumentalizar os grupos monitorados de modo a garantir-lhes contribuição ativa na construção do monitoramento Melhoria na qualidade de vida e na situação econômica da população atingida Alcance e melhoria de todos os indicadores de saída estabelecidos antes do remanejamento	Em atendimento	Contratada a empresa ASSIST - Atendimento Social Sistêmico - Assessoria, Planejamento e Execução de Projetos Sociais que iniciou os trabalhos em 08/2011. Objetivo: Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida das populações atingidas pelo AHE Jirau conforme detalhado no subprograma.
Monitorar a viabilidade econômica da atividade reorganizada por meio de metodologia participativa por 3 anos após a entrada em operação do AHE Jirau	Nível de renda compatível aos gastos com serviços públicos e impostos Segurança Alimentar Desenvolvimento sustentável e autonomia social por parte da população reassentada Evitar a segmentação e viabilizar	Em atendimento	
Implementar medidas complementares de apoio caso os processos de monitoramento e avaliação indiquem necessidade.	acesso da população das comunidades aos serviços e à infra-estrutura oferecidos aos reassentados.	Em atendimento	VMT foi estendida às beneficiadas pelo reassentamento rural coletivo.
Intercâmbio com o monitoramento popular voluntário do Programa de Educação Ambiental, na forma do Observatório Popular Rio Madeira		Atendido	Realização de Oficinas participativas e realização do Primeiro Encontro Intercomunitário do Observatório Ambiental Jirau – Realizadas em Nova Mutum Paraná, em maio de 2011, com participação de representações da Área de Influência Direta e Indireta.

4. RESULTADOS

4.1. Atividades do Período – Dezembro de 2011 a Fevereiro de 2012

4.1.1 SubPrograma de Remanejamento das Populações Atingidas

- Apresentação de valores e negociação

Durante o período foram realizados os levantamentos das novas propriedades que serão atingidas pela nova APP e dada a continuidade nos processos de negociação. Até o final do mês de fevereiro 88% das áreas estavam negociadas ou liberadas judicialmente e 3 propriedades ainda estavam em fase de negociação e 8 beneficiários não proprietários não foram encontrados.

- Estudos de caso

Neste período foram concluídos os estudos de caso da área rural. Dos casos analisados, 3 resultaram positivo, sendo que 2 beneficiários receberam carta de crédito e 1 beneficiário optou pelo reassentamento rural coletivo. Os demais casos considerados negativos pela ESBR foram encaminhados para o IBAMA e serão discutidos em reunião no mês de março.

- Projetos e Implantação no Reassentamento Rural Coletivo

A execução dos projetos e implantação no Reassentamento Rural Coletivo (RRC) dos galpões, cerca de divisas, poços semi-artesianos, fossas e a rede de energia elétrica, estão sendo construídas pela empresa CSX ENGENHARIA LTDA.

No trimestre (dez./11 a fev./12) foram executadas as construções e entrega de 06 galpões, 11 fossas sépticas biodigestoras, 22 poços semi-artesianos, 27.378 metros de cercas e 10.721 metros de rede de energia elétrica (Anexo 10.11. CSX Relatório Consolidado e Anexo 10.12. CSX Relatório Trimestral).

O Quadro abaixo apresenta a evolução destas construções acima citadas.

Quadro 02: Status de Implantação das Cercas, Poços, Fossas, Cercas e Rede Elétrica.

Status de Implantação das Cercas, Poços, Fossas, Cercas e Rede Elétrica.				
Item	Unidade	Previsto	Executado*	% Executada
Galpões	Unid.	35	06	17,14 %
Poços	Unid.	35	22	62,85 %
Fossas	Unid.	35	11	31,42 %
Cercas	Metro	45.580,00	27.378,00	60,06 %
Rede Elétrica	Metro	11.285,49	10.721,20	94,99 %

* O item executado representa as construções concluídas e entregues à ESBR, não considerando as construções parciais.

- Demolições e Desinfecções das Propriedades Rurais

No trimestre (dez./11 a fev./12) foram executadas as demolições e desinfecções em 63 propriedades rurais cadastradas, com benfeitorias e adquiridas pela ESBR. Este quantitativo correspondendo a 29,58% de todas as propriedades rurais com benfeitorias.

Foram demolidos 2.216,10 m² de residências, 2.071,4 m² de galpões e depósitos, 88,93 m² de banheiros, 983,26 m² de bretes e currais.

Foram desinfetados e aterrados 1.196,01 m² de bretes e currais, 26 fossas e 24 poços.

No que se refere às destinações dos resíduos provenientes destas demolições, foram transportados 3.568,16 m² de materiais de edificações e 32.061,66 metros de cercas.

O detalhamento destes serviços encontra-se nos Anexos 10.8. CONCIPLAN_Relatório Cosolidado Rural; Anexo 10.9. CONCIPLAN_Relatório Trimestral Rural e Anexo 10.10. CONCIPLAN_Relatório Final Urbano.

4.1.2 Subprograma de Reorganização das Atividades Produtivas

a. Assistência Técnica ao Reassentamento Rural Coletivo - Período de Dezembro de 2011 a Fevereiro de 2012

Assistência técnica (recomendações técnicas, controle sobre aquisições de insumos e equipamentos, acompanhamento da condução das atividades, acompanhamento na implantação de projetos de renda), elaboração de estudos de viabilidade, entregas diversas, participação em

capacitações, participação em atividades de divulgação do programa; vistorias para acompanhamento e aquisições nos projetos de renda.

Como aspectos relevantes no trimestre relativo aos meses de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012 destacam-se:

- Reunião com os reassentados do reassentamento rural coletivo
- Início e continuidade do preparo do solo para implantação das pastagens nas propriedades que optaram por projetos nesta área (gado de corte e gado de leite);
- Orientações às famílias dos reassentados para recebimento do benefício da tarifa social;
- Elaboração de estudos de viabilidade para implantação de projetos de geração de renda;
- Início da implantação dos projetos de geração de renda;
- Articulações com entidades públicas para promoção de inclusão social à população de Nova Mutum Paraná;
- Integração com as empresas parceiras nos projetos (ECSA, ProNatura, CNEC) que atendem as famílias remanejadas pelo empreendimento;
- Atendimento técnico e social à população remanejada – Área rural;
- Atendimento técnico e social à população remanejada – Área urbana;
- Visitas às áreas rurais e entrevistas com os reassentados para definições sobre projetos de renda;
- Articulação com a Secretaria Municipal de Educação – SEMED na inserção dos alunos que concluíram o ensino médio em 2010/2011, com o objetivo de admissão dos mesmos em curso técnico voltado para a fase de operação da UHE Jirau;
- Visitas aos reassentados que optaram por carta de crédito para levantamento de dados referente à sua inserção no novo contexto social;
- Início da entrega de benefícios necessários para implantação de projetos de renda, de acordo com estudos de viabilidade elaborados;
- Elaboração de pareceres sobre Verba de Manutenção Temporária (VMT).
- Organização dos reassentados através da formação de associação representativa;
- Organização dos reassentados para filiação em sindicato dos trabalhadores rurais (facilitador para participação de políticas públicas de interesse dos mesmos);
- Anexos do Subprograma: Anexo 10.1. Processos Urbanos; Anexo 10.2. Processos rurais; Anexo 10.3. Situação dos Projetos de Renda; Anexo 10.4. Controle de Plantio e Entrega de Produtos; Anexo 10.5. Posição sobre Verba de Manutenção Temporária; Anexo 10.6. Situação dos Estudos de Viabilidade.

Quadro 03: Ações da Assistência Técnica ao Reassentamento Rural Coletivo.

Assistência Técnica	2011	2012		Total
	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	
Assistência técnica – Reassentamento rural	32	19	18	69
No Escritório da ECSA (Remanejamento, Atividades produtivas, projetos de renda)	35	21	36	92
Atendimentos na área urbana (Análise de Projetos, Reuniões, Visitas e Atendimentos)	2	10	3	15
Acompanhamento dos Projetos de Renda (visitas as propriedades, prospecções, visitas técnicas)	4	0	0	4
Total	73	50	57	180

b. Assistência Social - Período de Dezembro de 2011 a Fevereiro de 2012

Quadro 04: Ações da Área Social

ASSISTÊNCIA SOCIAL	2011	2012		Total
	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	
Reassentamento Rural	20	16	42	78
Assistência Social - Área Urbana	9	30	38	77
No Escritório da ECSA - Nova Mutum Paraná	13	8	0	21
Visitas Domiciliares Urbano	0	4	0	4
Total	42	58	80	180

Quadro 05: Total das Ações da Área Social

ATENDIMENTOS	
SETOR	QUANTID.
Assistência social	180
Assistência técnica – Reassentamento rural	69
Atendimentos área urbana – Análise de projetos – (reuniões, visitas)	15
Atendimento no escritório da ECSA	92
TOTAL DE ATENDIMENTOS E CONTATOS	356

c. Encaminhamentos de Projetos na Área Urbana.

Quadro 06: Detalhamento de Projetos

Detalhamento do Projeto	Estágio e Encaminhamentos
Produção de mudas de essências florestais 1ª. Etapa: produção de mudas e 2ª. Etapa: extração de óleos essenciais)	O empresário recebeu as 1ª.s informações e está providenciando o material solicitado pela ESBR (ficha de inscrição e planta baixa do estabelecimento) para dar andamento ao projeto
Ampliação de Hotel	O empresário procurou a assistência técnica e recebeu as primeiras informações sobre a disponibilidade de linhas de crédito para ampliação do seu hotel e as fontes de financiamento existentes. Posteriormente foi encaminhado juntamente com técnicos da assistência técnica até a Superintendência Regional de Rondônia do BASA para obter maiores informações sobre as linhas de créditos disponíveis.
Construtora	O empresário do ramo de construção civil estabelecido em Jaci Paraná, demonstrou interesse em se estabelecer em Nova Mutum-Paraná. Foram fornecidas as orientações necessárias. O empresário preencheu o formulário fornecido pela ESBR e providenciou a planta baixa da construção pretendida, os quais foram encaminhados para a ESBR.
Laboratório de análises clínicas	A profissional de saúde procurou a assistência técnica, e recebeu as orientações necessárias.
Construção de hotel	Sócio do Supermercado local procurou a assistência técnica com a intenção em investir na construção de um hotel com capacidade de 40 leitos. Necessita de orientações técnicas para dar encaminhamento ao financiamento para este empreendimento. Foi orientado a procurar o BASA, a fim de obter maiores esclarecimento sobre as linhas de crédito disponíveis para este empreendimento.
Reunião com o presidente da Associação de Moradores de Nova Mutum Paraná.	Foi conversado sobre a possibilidade de montagem de curso com as máquinas de costura da associação. Ele se encarregou de se reunir com os associados e nos procurar para conversar a esse respeito.

Em anexo encontram-se o ANEXO 10.19 - Relatório Trimestral de Atividades – Dezembro de 2011, Janeiro e Fevereiro 2012 e o ANEXO 10.20 -Relatório Semestral de julho de 2011 a fevereiro de 2012 do Subprograma Reorganização Atividades Produtivas.

4.1.3 Subprograma de Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida

O subprograma de Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida da População Atingida foi proposto no Programa de Remanejamento das Populações Atingidas contemplado no Projeto Básico Ambiental do AHE Jirau e Estudo de Impacto Ambiental – EIA, referenciado pela Licença Prévia nº 251/2007 concedida pelo IBAMA ao complexo Madeira (PBA) do Aproveitamento Hidrelétrico Jirau.

As atividades de mobilização iniciaram-se no mês de agosto de 2011, com a manipulação do cadastro socioeconômico, elaboração dos instrumentos de pesquisa, bem como contratação de mão-de-obra e serviços terceirizados.

Entre os meses de setembro a dezembro de 2011 foi realizada a coleta de dados da etapa T1 e concomitantemente resgatados dados da origem (T0), que subsidiará juntamente com os dados do cadastro socioeconômico a construção da etapa T0, que servirá de marco para as análises comparativas das demais etapas. Neste mesmo período iniciou-se a criação do sistema Desktop de Banco de Dados MS ACCESS.

Nos meses de janeiro, fevereiro e parte do mês de março de 2012 foram inseridos dados da etapa T0 e T1, no sistema Desktop de Banco de Dados MS ACCESS, bem como realizada a avaliação e adaptação do referido sistema. Também foram realizadas modificações na metodologia proposta inicialmente, a fim de atender as solicitações feitas pelo IBAMA, quanto às notas e pesos das variáveis e indicadores.

A coleta de dados foi realizada com 292 famílias, distribuídas nas modalidades de Carta de Crédito Rural, Carta de Crédito Urbana, Indenização Parcial Residente, Reassentamento Urbano (Nova Mutum Paraná) e Reassentamento Rural.

Com as famílias de Reassentamento Rural foram considerados apenas dados da origem (T0), uma vez que ainda não haviam recebido seus lotes rurais. No entanto, estas serão visitadas entre junho/12 e julho/12 para finalizar o levantamento dos dados da etapa T1.

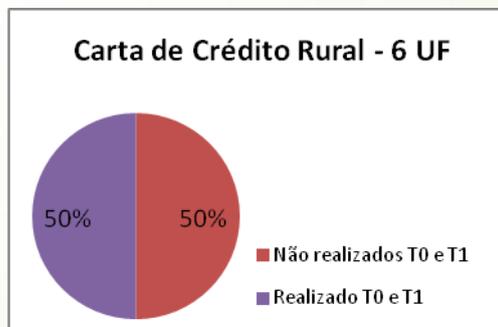
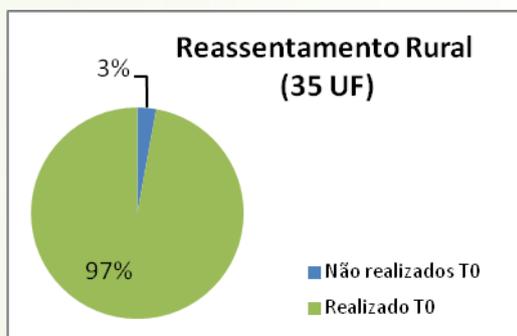
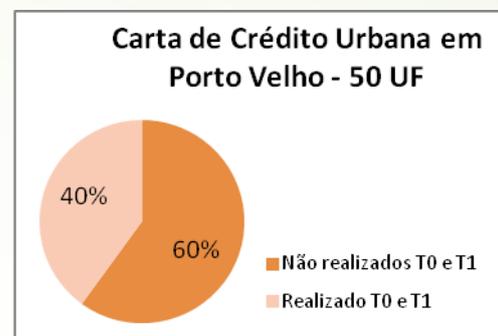
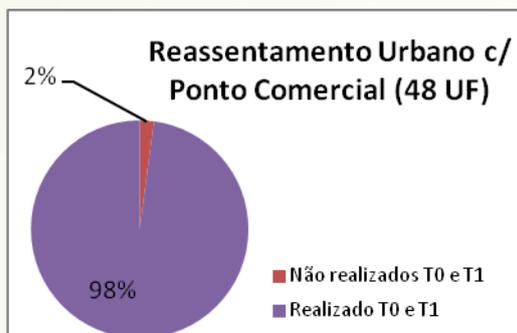
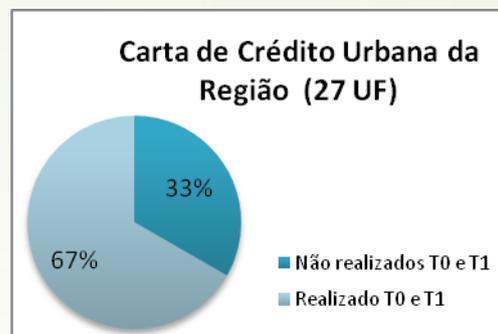
Abaixo Quadro demonstrativo das entrevistas realizadas mês a mês, para coleta de dados:

Quadro 07: Entrevistas Realizadas

Modalidade	Qtde	Realizados				Não realizados
		Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Carta de Créd. Urb. Região	27	01	10	07	00	09
Carta de Créd. Urb. em PVH	50	00	00	01	19	30
Carta de Crédito Rural	06	01	01	01	00	03
Inden. Parcial Residente	12	00	11	01	00	00
Reassentamento Urbano	114	00	61	38	02	13
Reassent. Urb. + Comércio	48	41	04	02	00	01
Reassentamento Rural	35	22	07	04	01	01
Total	292	64	94	54	22	58

Sobre as entrevistas não realizadas, a maior parte delas, de forma geral, não aconteceu em função de: que alguns beneficiários haviam vendido ou alugado seus imóveis e não deixaram contato, ou ainda porque já estavam morando em outra cidade e/ou estado. Outro motivo de não entrevista foi o fato de beneficiário estar fora do domicílio, a trabalho.

Abaixo são apresentados gráficos – Figuras 1 a 7 ilustrativas das entrevistas realizadas por modalidade.



Em anexo encontram-se o Diagnóstico da Situação Econômica e Dinâmica Socioespacial das Famílias de Reassentamento Urbano - Nova Mutum Paraná- ANEXO 10.21 e o ANEXO 10.22.

Relatório Semestral Relatório Situacional de Atividades do Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida da população atingida pela Usina Hidrelétrica Jirau. Agosto/2011 – Março/2012.

4.1.4 Subprograma de Monitoramento da Viabilidade Econômica de Atividades Reorganizadas

O prazo de execução para as atividades de monitoramento e avaliação da viabilidade econômica das atividades reorganizadas é de 3 anos após a entrada em operação do AHE Jirau.

4.2. Resultados Consolidados – Desde o início do Programa até fevereiro de 2012

4.2.1 SubPrograma de Remanejamento das Populações Atingidas

- Área Urbana

A seguir é apresentado no **Quadro 08** o status do remanejamento da população urbana e rural até fevereiro de 2012.

Quadro 8: Status do Remanejamento da População Urbana e Rural

AHE JIRAU - REMANEJAMENTO DA POPULAÇÃO - ÁREA RURAL								
Modalidades	Proprietário Residente (PR)		Proprietário não Residente (PNR)		Não Proprietário (NP)		Total	
	Quantid.	%	Quantid.	%	Quantid.	%	Quantid.	%
Reassentamento	18	21,18	0	0,00	17	36,17	35	8,66
Carta de Crédito	4	4,71	0	0,00	22	46,81	26	6,44
Indenização	49	57,65	182	66,91	0	0,00	231	57,18
Desapropriação	13	15,29	86	31,62	0	0,00	99	24,50
Desapropriação em andamento	7	8,24	33	12,13	0	0,00	40	9,90
Espólio	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Litígio	4	4,71	8	2,94	0	0,00	12	2,97
Recusa	3	3,53	25	9,19	0	0,00	28	6,93
Desapropriação Judicial liberadas	6	7,06	53	19,49	0	0,00	59	14,60
Espólio	1	2,3	9	3,31	0	0,00	10	2,48
Litígio	4	4,71	40	14,71	0	0,00	44	10,89
Recusa	1	1,18	4	1,47	0	0,00	5	1,24
Não optou ainda*	1	1,18	4	1,47	8	17,02	13	3,22
Total Geral	85	100	272	100	47	100	404	100

* Novas propriedades atingidas pela APP e remanso e não proprietários que se mudaram das propriedades antes da apresentação das propostas e não deixaram contato.

AHE JIRAU - REMANEJAMENTO DA POPULAÇÃO - ÁREA URBANA								
Modalidades	Proprietário Residente (PR)		Proprietário não Residente (PNR)		Não Proprietário (NP)		Total	
	Quantid.	%	Quantid.	%	Quantid.	%	Quantid.	%
Reassentamento	102	42,9	0	0	58	34,7	160	24,77
Carta de Crédito	41	17,2	0	0	90	53,9	131	20,26
Indenização	93	39,1	195	80,9	0	0	288	44,58
Comércios	0	0	38	15,8	17	10,2	55	8,51
Carta de Crédito	0	0	1	0,4	2	1,2	3	0,46
Concluído	0	0	33	13,7	10	6,0	43	6,76
Comércios	0	0	4	1,7	5	3,0	9	1,39
Em andamento	0	0	0	0	2	1,2	2	0,31
Concluído	0	0	4	1,7	3	1,8	7	1,08
Desapropriação	2	0,8	8	3,3	0	0	10	1,55
Espólio	0	0	1	0,4	0	0	1	0,15
Litígio	1	0,4	0	0	0	0	1	0,15
Recusa	1	0,4	3	1,2	0	0	4	0,62
Acordo Judicial	0	0	4	1,7	0	0	4	0,62
Pessoas não encontradas*	0	0,00	0	0,0	2	1,2	2	0,31
Total Geral	238	100	241	100	167	100%	646	100

* Pessoas cadastradas como não proprietários que se mudaram das propriedades antes da apresentação das propostas e não deixaram contato.

Principais Ações/Atividades do Programa de Remanejamento

a) Implantação do Centro de Atendimento em Mutum Paraná.

O Centro foi estruturado em setembro/2008, com o objetivo de esclarecer as famílias antes da chegada das equipes que iniciariam os trabalhos de cadastro socioeconômico, físico e fundiário. O Centro ficou alocado em Mutum-Paraná até agosto/2010, quando foi transferido para Nova Mutum Paraná. Neste mesmo período foram realizados um total de 4.621 atendimentos no local.

Os atendimentos em Nova Mutum Paraná de setembro de 2010 a maio de 2011 atingiram 1962 atendimentos, conforme pode ser verificado no 5º. Relatório Semestral protocolado no IBAMA em 09/03/2012. Correspondência AJ/TS 465-2012.

De junho de 2011 a fevereiro de 2012 os atendimentos a famílias na área social no Centro em Nova Mutum Paraná alcançaram 131 atendimentos na área rural, conforme **Quadro 26**.

b) Realização do Cadastro Físico-fundiário das Propriedades e Socioeconômico dos Moradores e Trabalhadores

A execução destes serviços iniciou em março de 2009 e teve como referência os registros das Atas Notariais de agosto de 2007 – registro em cartório de todas as famílias e imóveis considerados na época atingidos.

As informações existentes nas atas notariais foram atualizadas com a realização de um cadastro que permitiu a completa caracterização social e econômica da população diretamente atingida.

O cadastro físico-fundiário compreendeu a quantificação e caracterização do universo de famílias da área de influência direta do futuro reservatório, no período entre 14/03/2009 e 30/09/2009, como proprietários, ocupantes, inquilinos, arrendatários, locatários, posseiros, meeiros, parceiros, agregados, assalariados, filhos de proprietários, entre outras categorias.

O cadastro socioeconômico levantou o perfil socioeconômico e cultural dessa população. Os questionários foram aplicados no período de 14/03/2009 a 30/06/2009 e posteriormente, foi aplicada a complementação do cadastro, conforme solicitado pelo IBAMA, entre 14/10/2009 e 15/05/2010.

Após os levantamentos foi definido o público alvo do Programa de Remanejamento dentre as modalidades oferecidas e se iniciou o levantamento das benfeitorias nas propriedades, a pesquisa de preço dos imóveis e benfeitorias e a elaboração dos laudos de avaliação.

No Distrito de Mutum-Paraná foram cadastradas 425 propriedades urbanas, às quais estão vinculadas a 405 famílias e 14 outras entidades, compreendendo empresas, prefeitura, igrejas e associações. Dos 425 lotes, 234 possuíam Atas Notariais.

O cadastro Físico-Fundiário rural foi realizado com a aplicação de 456 questionários. Foram cadastradas 361 propriedades localizadas na área rural, em ambas as margens, às quais estão vinculadas 418 famílias e 6 outras entidades, compreendendo empresas, prefeitura, igrejas e associações. Das 361 propriedades rurais, somente 62 possuíam Atas Notariais.

A APP proposta pela ESBR foi ajustada para encaminhamento ao IBAMA em 2011 e foi realizado o cadastramento de propriedades que não foram contempladas no cadastro inicial.

A população da área de influência direta do empreendimento na área rural perfaz um total de 252 famílias ou 732 pessoas físicas e 6 pessoas jurídicas, das quais 493 residem nas propriedades e 270 somente desenvolvem algum tipo de atividade na propriedade ou são proprietários/posseiros, mas não residem em áreas atingidas.

c) Sistematização/ Consolidação de dados do cadastro físico-fundiário - Sistema de Informações Geográficas e Banco de Dados

O Cadastro Físico-fundiário foi consolidado em Sistema de Informações Geográficas (SIG) com banco de dados associado incorporando as poligonais das propriedades, com acesso a todas as informações sobre as propriedades e possibilidade de impressão das plantas em formato A4 e memoriais descritivos.

Além do banco de dados, os resultados do cadastro físico-fundiário foram consolidados da seguinte maneira:

- _ Resumo quantitativo do cadastramento por tipologia e utilização da propriedade (rural ou urbano, residencial, comercial ou misto);
 - _ Planilha contendo todas as propriedades atingidas com endereço, coordenadas UTM, e demais informações levantadas;
 - _ Ficha de cada proprietário com foto e moradia atingida, quando houver;
 - _ Plantas, memoriais descritivos e documentação de todas as propriedades e seus proprietários, organizados em pastas devidamente identificadas com código da propriedade, nome do proprietário e endereço;
- Opção escolhida de remanejamento pelo beneficiário e status da negociação.

d) Pesquisa de preços

A implantação da UHE Jirau requereu a aquisição e liberação de 834 imóveis, sendo 472 imóveis urbanos e 364 imóveis rurais, todos localizados no município de Porto Velho.

Para a área urbana atingida, distrito de Mutum-Paraná, a Pesquisa de Preços concentrou-se no distrito de Jacy-Paraná e Porto Velho, visto que a região era próxima e que já estava com os reflexos nos preços dos imóveis gerados pelos empreendimentos em instalação no local.

Para a área rural, a pesquisa se concentrou principalmente no município de Porto Velho, dando prioridade às ofertas imobiliárias localizadas no trecho compreendido entre a cidade de Porto Velho e o distrito de Abunã.

e) Elaboração do Caderno de Preços

Para elaborar o Caderno de Preços utilizou-se o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado. Ele identifica o valor de mercado do bem, por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra. Este método está em acordo com o preconizado na NBR-14.653-1 e NBR-14653-2.

O Caderno de Preços foi encaminhado ao IBAMA no 1º Relatório Semestral referente ao período de 03/06/2009 a 30/11/2009, AJ/BP 106-2010. O Caderno de Preços foi disponibilizado aos envolvidos para consulta no Centro de Informações da ESBR localizado em Mutum- Paraná e no escritório da ECSA Engenharia.

Adicionalmente, o mesmo foi protocolado no dia 22/02/2010 no Ministério Público Federal através da correspondência AJ/BP 181-2010 e no Ministério Público Estadual, através da correspondência AJ/BP 180-2010 em reunião realizada com os órgãos para apresentação do mesmo.

A consulta de preços para a composição do caderno de preços foi realizada para a área urbana em junho e julho de 2009 e para a área rural em julho de 2009. As reuniões ocorreram em dezembro de 2009 com proprietários de áreas rurais. A metodologia de avaliação das propriedades foi apresentada para os representantes eleitos do Grupo de Trabalho urbano do dia 05/10/2009 e da área rural no GT rural no dia 14/10/2009.

Em janeiro de 2011 foi realizada uma atualização do Caderno de Preços, conforme informado no item 4.2.1-f. Análise do Caderno de Preços.

f) Valoração de propriedades

Conforme descrito no PBA os conceitos e critérios para aquisição dos imóveis rurais e urbanos seguiram as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, NBR 14.653 e as normas de avaliações do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia – IBAPE. Para atender esses preceitos estabelecidos a ESBR contratou empresa especializada para a realização dos trabalhos, que seguiu as diretrizes e procedimentos para as pesquisas de mercado e avaliações aplicáveis à aquisição das áreas necessárias, para tanto, foram utilizados dados coletados no município de Porto Velho, uma vez que todos os imóveis atingidos estão inseridos neste município, permitindo que a atividade de avaliações para fins de indenização de bens patrimoniais possa alcançar a credibilidade e aceitabilidade necessária ao bom andamento dos trabalhos.

A metodologia, os critérios e os procedimentos que fazem parte do processo, bem como o resultado das pesquisas foram amplamente divulgados e debatidos em reuniões com os representantes participantes do Comitê de Sustentabilidade e amplamente divulgados e esclarecidos com a população atingida.

A apresentação de valores para os beneficiários da área urbana iniciou em fevereiro de 2009 e da área rural em abril de 2010. Até 31 de maio de 2010, 100% dos processos da área urbana foram apresentados aos beneficiários.

As negociações rurais concluídas até o momento alcançam 86,9%, em virtude da nova proposta da APP, sendo necessário reavaliar diversas propriedades e ao grande número de propriedades em litígio que somam 13,9% do total. Dos 53 processos ainda não negociados apenas 5 estão em negociação, 8 são de não proprietários não encontrados e 40 são recusa, espólio e litígio conduzidos judicialmente.

Análise do caderno de preços

Em novembro de 2010 representantes dos proprietários rurais reivindicaram à ESBR uma atualização do Caderno de Preços utilizado no cálculo das indenizações de propriedades rurais afetadas pelo empreendimento. Segundo os proprietários os preços praticados pela ESBR estavam desatualizados e não condiziam com a realidade, visto que o levantamento do Caderno de Preços foi realizado em julho de 2009.

Após negociação com representantes dos proprietários rurais, em dezembro foi contratada a empresa GEOTEC- Engenharia e Planejamento, indicada pelos próprios representantes, para analisar o Caderno de Preços e realizar novo levantamento de preços de benfeitorias e terra nua de propriedades rurais. Estes resultados são apresentados nos **Relatórios de Avanço 1 e 2 em Anexo 10.16 – AHE Jirau - Adequação de Critérios de Avaliação Rural e Negociação das propriedades Atingidas.**

Em dezembro a GEOTEC analisou o Caderno de Preços e concluíram que os “preços praticados pela ESBR na indenização de benfeitorias encontra-se, em média, adequados ao que é deles esperado, isto é, uma indenização justa e sem perda de patrimônio dos indenizados” e que “calculamos itens indenizáveis de acordo com o que a GEOTEC pratica em empreendimentos similares e, se em alguns casos nossos valores mostraram-se superiores, em outros apresentamos valores inferiores aos praticados pela ESBR, de forma geral os valores praticados pela ESBR mostraram-se bastante adequados.”

Após a análise, em 15 de janeiro de 2011 a equipe da GEOTEC reuniu-se com a população interessada para definir como as propriedades seriam classificadas adotando pesos e notas.

As visitas em propriedades para o levantamento de propriedades a venda e preços, foram acompanhadas por um representante dos proprietários rurais, que permaneceu acompanhando a equipe até o final do processo.

Após a análise do caderno de preços a GEOTEC verificou que os preços pagos pela ESBR para terra nua variaram entre R\$ 270,35/ha e R\$ 1.150,56/ha e os novos valores de terra nua com dados de janeiro de 2011 levantados pela empresa variou entre R\$ 227,13/ha e R\$ 1.149,82/ha.

A GEOTEC concluiu que a fórmula utilizada consegue comparar todas as propriedades entre si por suas características e pela não equalização da liquidez pela adoção do fator de área, ou seja, propriedades menores podem alcançar valores de terra nua maior que propriedades maiores.

Em 19 de fevereiro de 2011 a GEOTEC apresentou o estudo realizado para os proprietários, e sugeriu que:

- Valor da Terra Nua
 - a) *Adotar a metodologia da GEOTEC para a determinação do VTN;*
 - b) *Nos casos já resolvidos, retroagir o cálculo e pagar a diferença, caso seja a maior.*
 - c) *Nos casos em que os valores praticados pela ESBR sejam superiores aos calculados pela Geotec, manter os valores superiores;*
 - d) *Rever os casos de litígio, observando-se a praxis adotada nos casos de posse mansa e pacífica;*
 - e) *Disponibilizar uma equipe de topografia para dirimir dúvidas de limites e confrontações.*

- Indenização de Benfeitorias
 - a) *Manter o valor originalmente adotado, admitindo-se, em casos especiais, a análise de casos específicos*

- Indenização da Cobertura Florística
 - a) *Indenizar a cobertura florestal das áreas atingidas na razão de R\$ 1.100,00/ha para as que tenham plano de manejo aprovado ou em aprovação e em R\$ 550,00/ha para as demais áreas que tenham cobertura florestal com potencial madeireiro.*

Após a apresentação da proposta da GEOTEC a ESBR concordou com a correção de valores da Terra Nua para processos com negociações amigáveis e o pagamento de cobertura florestal no valor de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais)/ha de indenização para as áreas que tivessem um plano de manejo florestal protocolado na SEDAM até o dia 30 de julho de 2010.

Considerando que a pesquisa realizada pela GEOTEC foi realizada em janeiro de 2011, período em que o mercado imobiliário encontrava-se inflacionado, e não foi observada diferenças de valores praticados pela ESBR em relação a pesquisa feita, pode-se concluir que o caderno de preços da ESBR não estava desatualizado e o novo valor de terra nua aplicado foi devido a readequação da fórmula para ajustar os valores de propriedades menores e não uma defasagem dos preços pagos pela ESBR.

g) Categorias sociais e elegibilidade

Esta atividade visou classificar cada categoria (proprietário residente, proprietário não-residente, posseiro, meeiro, inquilino, caseiro, entre outros, de área rural ou urbana) nas modalidades de remanejamento definidas pela ESBR, conforme Quadro 4.25-2 - Tabela de Elegibilidade do Subprograma de Remanejamento das Populações Atingidas apresentado no PBA (março de 2009), onde informa as opções oferecidas em cada caso. O procedimento para casos que não estavam adequados de acordo com as definições foram encaminhados para Estudo de Caso pela equipe técnica do Programa, conforme pode ser verificado no item 4.2.1 –k Estudos de Caso.

As opções de remanejamento definidas pelo empreendedor foram as seguintes:

- Indenização
- Carta de Crédito
- Reassentamento Rural Coletivo
- Reassentamento Urbano Coletivo

A partir do momento que o cadastro socioeconômico e físico-fundiário foi concluído, foi realizada a análise de quais das modalidades de remanejamento cada beneficiário teria direito de acordo com os critérios definidos. Após esta adequação, a mesma foi apresentada ao beneficiário para que este fizesse a opção.

O processo de emissão dos Termos de Elegibilidade da área urbana iniciou em dezembro/2009 e da área rural em abril de 2010, tendo como base norteadora o Quadro 4.25-2 – Tabela de Elegibilidade do SubPrograma de Remanejamento das Populações Atingidas - item 4.25.7.4 do PBA.

Para analisar as alternativas de remanejamento e os apoios oferecidos, tais como apoio a mudança, verba de manutenção temporária e as medidas de reinserção social, levou-se em consideração o perfil de cada família e o seu respectivo vínculo com a propriedade.

h) Estrutura do Sistema de Co-Gestão com as populações atingidas

Para o desenvolvimento deste processo foi criado um Comitê de Sustentabilidade consultivo, composto por representantes das autoridades locais, representantes dos poderes públicos, das populações atingidas, do empreendedor e das equipes técnicas para discutir estratégias e atividades durante toda a implementação do Programa, que se iniciou antes da transferência das famílias e prossegue até a fase de monitoramento e avaliação.

Desde a criação do Comitê de Sustentabilidade em janeiro de 2010 ocorreram 09 (nove) reuniões. O detalhamento pode ser verificado no Quadro 09. Reuniões do Comitê de Sustentabilidade. Os Grupos de Trabalho tiveram sua primeira reunião em 22 de agosto de 2009, com a escolha de representantes do GT Rural. Vide Quadro 10.

Quadro 09: Reuniões do Comitê de Sustentabilidade.

DATA	ASSUNTOS APRESENTADOS	INSTITUIÇÕES CONVIDADAS
7-jan-10	Características do empreendimento; Sustentabilidade; Sistema de Co-Gestão e Comitê de Sustentabilidade; Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL); Projeto Básico Ambiental – status de cada programa; Resgate da Ictiofauna; Monitoramento Hidrobiogeoquímico; Remanejamento da População; Plano de Controle da Malária; Compensação Social; Compensação Ambiental.	Administrador de Mutum Paraná, Representante do Ramal Primavera, Representante dos Comerciantes de Mutum Paraná, Representante do Palmeiral ME, Representante do Ramal do Arrependido, Representante de Caiçara, Representante da Praia do Avião, Representante do Grupo Trabalho Urbano, Representante da AMORIMP, Tribunal de Justiça, UNIR, IBAMA, CPT, CIMI, SEMA, SEDAM, SEMEPE, Ministério Público, ECSA, CNEC
29-abr-10	Proposta de exclusão das Comissões da estrutura do Comitê para otimizar o fluxo de informações e aumentar interface com os Grupos de Trabalhos; Apresentação sobre o Plano de Remanejamento da Usina Jirau .	Administrador de Mutum Paraná, Assembléia Legislativa, Representante da AMORIMP, Representante do Conselho das Cidades, CNEC, MPE, FUNAI, SEMDESTUR, Representante dos Comerciantes de Mutum Paraná, Tribunal de Justiça, UNIR, SEMA, SEDAM, SEMEPE, SIPAM, Comissão de Saúde, SPU
11-ago-10	Apresentação da FGV sobre o Plano de Desenvolvimento Local; Diálogo sobre normas de segurança dentro do Canteiro de Obras; Visita ao Canteiro.	Administrador de Nova Mutum Paraná e Abunã, Câmara Municipal de Porto Velho, Camargo Correia, CNEC, FGV, IBAMA, Leme Engenharia, Ministério de Desenvolvimento Agrário, SPU, MPE, SEDAM, SEMEPE, SEPLAN, SIPAM, Tribunal de Justiça, Comissão de Saúde, SEMDESTUR, Representantes do GT Remanejamento (Urbano e Rural)
24-nov-10	Apresentação de status das reuniões do Comitê e Grupos de Trabalhos; Apresentação sobre os status das ações desenvolvidas, abordando os itens do Programa de Compensação Social; Dinâmica de estruturação para o Comitê.	Administradores de Mutum Paraná, Jaci Paraná, Abunã, Fortaleza do Abunã, Assembléia Legislativa do Estado, AMORIMP, Rep. do Conselho da Cidade de Porto Velho, Câmara Municipal de Porto Velho, CNEC, CPRM, DNPM, IBAMA, ICMBio, INCRA, IPHAN, SPU, MPE, MPF, RioTerra, SEDAM, SEMA, SEMEPE, SEPLAN, SIPAM, Tribunal de Justiça do Estado, UNIR, Comissão de Saúde, SEMDESTUR, Rep. do GT de Socioeconomia, Meio Ambiente, Remanejamento (Urbano e Rural).

DATA	ASSUNTOS APRESENTADOS	INSTITUIÇÕES CONVIDADAS
10-dez-10	Continuação da Proposta de estruturação do Comitê.	Administradores de Mutum Paraná, Jaci Paraná, Abunã, Fortaleza do Abunã, Assembléia Legislativa do Estado, AMORIMP, Rep. do Conselho da Cidade de Porto Velho, Câmara Municipal de Porto Velho, CNEC, CPRM, DNPM, IBAMA, ICMBio, INCRA, IPHAN, SPU, MPE, MPF, RioTerra, SEDAM, SEMA, SEMEPE, SEPLAN, SIPAM, Tribunal de Justiça do Estado, UNIR, Comissão de Saúde, SEMDESTUR, Rep. do GT de Socioeconomia, Meio Ambiente, Remanejamento (Urbano e Rural) e Indígena.
25-mar-11	Cenário atual sobre a UHE Jirau; Status das Compensações Sociais nos protocolos de intenção da ESBR e Prefeitura; Relato sobre workshop realizado pela ESBR e SAE; Apresentação do portal Observatório Jirau.	Administradores de Mutum Paraná, Jaci Paraná, Abunã, Fortaleza do Abunã, Assembléia Legislativa do Estado, AMORIMP, Rep. do Conselho da Cidade de Porto Velho, Câmara Municipal de Porto Velho, CNEC, CPRM, DNPM, IBAMA, ICMBio, INCRA, IPHAN, SPU, MPE, MPF, RioTerra, SEDAM, SEMA, SEMEPE, SEPLAN, SIPAM, Tribunal de Justiça do Estado, UNIR, Comissão de Saúde, SEMDESTUR, Rep. do GT de Socioeconomia, Meio Ambiente, Remanejamento (Urbano e Rural), Indígena, Atividades Minerárias e Cultura, Lazer e Turismo.
21-jun-11	Apresentar o Plano de Desenvolvimento Local Sustentável pela FGV.	Administradores de Mutum Paraná, Jaci Paraná, Abunã, Fortaleza do Abunã, Assembléia Legislativa do Estado, AMORIMP, Rep. do Conselho da Cidade de Porto Velho, Câmara Municipal de Porto Velho, CNEC, CPRM, DNPM, IBAMA, ICMBio, INCRA, IPHAN, SPU, MPE, MPF, RioTerra, SEDAM, SEMA, SEMEPE, SEPLAN, SIPAM, Tribunal de Justiça do Estado, UNIR, Comissão de Saúde, SEMDESTUR, Rep. do GT de Socioeconomia, Meio Ambiente, Urbano e Rural. Indígena, Atividades Minerárias e Cultura, Lazer e Turismo.
21-set-11	Discussão de um Plano de Expansão de Nova Mutum Paraná.	Administradores de Nova Mutum Paraná, Jaci Paraná, Abunã e Fortaleza do Abunã; Assembléia Legislativa do Estado, AMORIMP, Representantes do Conselho da Cidade de Porto Velho, Câmara Municipal de Porto Velho, CPRM, DNPM, IBAMA, ICMBio, INCRA, IPHAN, SPU, MPE, MPF, RioTerra, SEDAM, SEMA, SEMEPE, SEPLAN, SIPAM, Tribunal de Justiça do Estado, UNIR, Comissão de Saúde, SEMDESTUR, Rep. do GT de Socioeconomia, Meio Ambiente, Remanejamento (Urbano e Rural), Indígena, Atividades Minerárias, Cultura, Lazer e Turismo.

DATA	ASSUNTOS APRESENTADOS	INSTITUIÇÕES CONVIDADAS
<p>14- dez- 11</p>	<p>Proposta sobre a questão de identidade do território de Nova Mutum Paraná e a questão das famílias que estão se deslocando para a comunidade de Jirau.</p>	<p>Administradores de Nova Mutum Paraná, Jaci Paraná, Abunã e Fortaleza do Abunã; Assembléia Legislativa do Estado, AMORIMP, Representantes do Conselho da Cidade de Porto Velho, Câmara Municipal de Porto Velho, CPRM, DNPM, IBAMA, ICMBio, INCRA, IPHAN, SPU, MPE, MPF, RioTerra, SEDAM, SEMA, SEMEPE, SEPLAN, SIPAM, Tribunal de Justiça do Estado, UNIR, Comissão de Saúde, SEMDESTUR, Rep. do GT de Socioeconomia, Meio Ambiente, Remanejamento (Urbano e Rural), Indígena, Atividades Minerárias, Cultura, Lazer e Turismo.</p>

Quadro 10: Grupos de Trabalho

Reuniões Realizadas		Assuntos Discutidos e Local da Reunião	Presentes na Reunião
1	22-ago-09	Escolha de representantes para a formação do GT Rural - Comunidade do Palmeiral na MD e casa de seu José Lobo - ME	Famílias envolvidas no AHE das comunidades de Palmeiral-ME, Praia do Avião, Caiçara, ME e Dois Irmãos-MD
2	26-ago-09	Escolha de representantes para a formação do GT Urbano - Escola N. S. de Nazaré e Escritório da ESBR (Mutum Paraná)	Comerciantes de Mutum Paraná e AMORIMP e Representante da Administração Municipal em NMP
3	28-ago-09	Escolha dos representantes dos empregados de serrarias, comércio e madeireiras para o GT Urbano - Escola N. S. de Nazaré e Escritório da ESBR (Mutum Paraná)	Empregados, (professores, madeireiros, funcionários públicos, empregados do comércio)
4	5-out-09	Primeira Reunião do Grupo de Trabalho Urbano - Escritório da ESBR (Mutum Paraná). Apresentado o caderno de pesquisa de preços, a metodologia de avaliação de propriedades e os critérios de remanejamento para a população de Mutum Paraná.	Representantes eleitos para o Grupo de Trabalho (GT) urbano para a primeira reunião técnica.
5	24/10/2009	Escola Municipal Nossa Senhora de Nazaré, em Mutum Paraná. Primeira Reunião do Grupo de Trabalho Rural - Metodologia do Caderno de Preços e critérios de remanejamento para a população rural.	Representantes eleitos para o Grupo de Trabalho (GT) rural
6	16 à 21/10/09	Visita ao Polo com o GT Urbano.	Representantes do GT Urbano, Igreja, Comerciantes, Proprietários e Não Proprietários

7	4-nov-09	Apresentação dos critérios de realocação	Representantes da Comunidade
8	7-nov-09	Apresentação dos critérios de realocação - Ramal Vai-Quem-Quer, Palmeiral-MD, Arrependido, Furnas e Palmeiral-ME	Representantes da Comunidade
9	9-nov-09	Apresentação dos critérios de realocação - Ramal Vai-Quem-Quer, Palmeiral-MD, Arrependido, Furnas e Palmeiral-ME	Representantes da Comunidade
10	12-nov-09	Apresentação dos critérios de realocação - Ramal Vai-Quem-Quer, Palmeiral-MD, Arrependido, Furnas e Palmeiral-ME	Representantes da Comunidade
11	14-nov-09	Apresentação dos critérios de realocação - Ramal Vai-Quem-Quer, Palmeiral-MD, Arrependido, Furnas e Palmeiral-ME	Representantes da Comunidade
12	19-dez-09	Etapas de negociação sobre o Programa de Remanejamento - Escritório da ESBR (Mutum Paraná)	Representantes do GT Urbano e membros da AMORIMP
12	7-jan-10	Segunda Reunião do GT Rural e Urbano (Comitê) - Escritório da ESBR (Porto Velho)	Representantes do GT Urbano e Rural
13	16-jan-10	Terceira Reunião do GT Rural - Escola N. S. de Nazaré (Mutum Paraná)	Representantes GT Rural
14	26-jan-10	Quarta Reunião do GT Rural - Escola Municipal (Mutum Paraná)	Representantes do GT Rural
15	30-jan-10	Reunião do GT Rural - Escola N. S. de Nazaré (Mutum Paraná)	Representantes GT Rural

16	6-abr-10	Reunião do GT Urbano (Comerciantes)	Representantes GT Urbano - Comerciantes
17	15-abr-10	Quinta Reunião do GT Rural	Representantes GT Rural
18	16-abr-10	Reunião do GT Urbano	Representantes GT Urbano
19	27-abr-10	Sexta Reunião do GT Rural e Urbano - Eleição dos representantes do GT no Comitê de Sustentabilidade - Escritório da ESBR (Mutum Paraná)	Representantes GT Urbano e Rural
20	15-mai-10	Sétima Reunião do GT Rural e Urbano (escolha das casas)	Representantes GT Urbano e Rural
21	15-jun-10	Oitava Reunião do GT Urbano (AMORIMP + Comerciantes)	Representantes do GT Urbano, AMORIMP e Comerciantes
22	20-set-10	Oitava Reunião do GT Rural e Nona Reunião do GT Urbano	Representantes do GT Rural e Urbano
23	11-nov-10	Nona reunião do GT Rural e décima do GT Urbano	Representantes do GT Rural e Urbano
24	15-mar-11	GT Rural - Apresentação de proposta da GEOTEC	Representantes do GT Rural e Representantes da empresa GEOTEC
25	27-abr-11	GT Rural - Retorno sobre cobertura florística	Representantes do GT Rural
26	10-nov-11	Décima Reunião do GT Rural. Status de andamento do Projeto de Reassentamento	IBAMA e Famílias Remanejadas
27	24-nov-11	Décima primeira Reunião GT Urbano	Representantes da comunidade de Nova Mutum Paraná e lideranças locais
28	24-jan-12	Décima segunda Reunião GT Urbano	Representantes do GT Urbano

i) Desenvolvimento de projetos e construção de reassentamentos coletivos

O desenvolvimento de projetos de reassentamento coletivo iniciou com a identificação, seleção e avaliação de áreas para sua instalação. Os possíveis locais tiveram de ser avaliados principalmente a partir sua capacidade de prover sustento das populações rurais e urbanas e em termos de adequação para habitação.

O cronograma para execução dos projetos de reassentamento coletivo foram discutidos após a identificação do universo de interessados de afetados da AID nessa modalidade de relocação.

Foi realizada a análise do levantamento sócio econômico e do levantamento fundiário, onde a ESBR discutiu com as comunidades as opções de reassentamento, apresentando o cronograma e a identificação das possíveis áreas de interesse desse público a ser relocado, considerando sua diversidade como agricultores, ribeirinhos e moradores urbanos do distrito de Mutum-Paraná em sua maioria.

Foram realizadas reuniões com a população de Mutum-Paraná para apresentação do projeto do Pólo de Desenvolvimento Sustentável como possível opção aos remanejados de Mutum-Paraná para o estabelecimento da Nova Mutum Paraná. Essas reuniões não tiveram caráter deliberativo, mas de prospecção de expectativas sobre o reassentamento coletivo urbano.

O Pólo de Desenvolvimento Sustentável faz parte de uma estratégia do empreendedor de fixar seus trabalhadores e respectivos núcleos familiares nas proximidades do canteiro de obras e de diminuir as pressões por serviços e infra-estrutura no município, além de constituir um polo local de desenvolvimento com oportunidades futuras de geração de renda para a comunidade local.

• Reassentamento Urbano Coletivo (RUC)

O presente Programa de Remanejamento das Populações Atingidas de acordo com o PBA apresentado ao IBAMA tem como objetivo assegurar as melhores condições ou equivalentes de moradia e acesso aos serviços básicos como: saneamento, água, saúde, telefonia pública, energia elétrica, lazer e transporte, de modo a garantir a manutenção ou a melhoria dos padrões de qualidade de vida desta população.

Para atender às necessidades de relocação da população atingida pelo empreendimento e também as necessidades de fornecimento de moradia aos trabalhadores alocados na obra, foi implantada a localidade de Nova Mutum Paraná, junto ao Km 817 da BR 364, distando a 102 Km de Porto Velho/RO.

O projeto urbanístico previu a implantação do núcleo urbano em uma área de 400 ha, onde foram implantados inúmeras estruturas e sistemas, para uso público e privado.

Ao todo foram construídas 1.600 casas, nos quais: 195 abrigam as famílias dos optantes pelos reassentamentos coletivos, 10 foram doadas para a prefeitura acomodar profissionais das áreas de educação e saúde e 03 casas de apoio para a Unidade Integrada de Segurança Pública (UNISP).

O Quadro 11 apresenta o quantitativo com as metragens das casas construídas e dos lotes urbanos disponibilizados às categorias de optantes dos Reassentamentos Coletivos. Apresenta

ainda o status da construção dos muros destas residências, solicitadas pelas famílias remanejadas e que não constavam no projeto urbanístico.

Para atender os serviços básicos e outras necessidades da comunidade, foram implantadas diversas obras de apoio em Nova Mutum Paraná, conforme o Quadro 12.

O Quadro 13 apresenta as relocações dos comércios urbanos e o Quadro 14 apresenta as relocações das igrejas urbanas.

Quadro 11: Infraestruturas Residenciais

Infraestruturas Residenciais				
Casas Construídas para os Reassentamentos				Unid.
Casas para proprietários urbanos e rurais com terrenos de 806,7 m ² e casa com 87,31 m ² de construção				120
Casas para não proprietário urbano com terreno de 806,7 m ² e casa com 77,78 m ² de construção				58
Casas para não proprietário rural, com terreno de 302,50 m ² com 77,78 m ² de construção				17
Total				195
Construção dos muros das residências dos reassentamentos				
Total muro (m)	Implantado	%	A executar	%
10.878,08	8.116,92	76,6	2.761,16	25,4

Quadro 12: Infraestruturas Comunitárias

Infraestruturas Comunitárias		
Obras de Infraestrutura	Construção	Pendência
Cemitério e área de velório público*	Concluído	Não Há
Posto de Saúde	Concluído	Não Há
Escola Fundamental	Concluído	Não Há
Creche e Pré-Escola	Concluído	Não Há
Ginásio Poliesportivo Coberto	Concluído	Não Há
02 Quadras Poliesportivas	Concluído	Não Há
02 Campos de Society	Concluído	Não Há
03 Campos de Futebol De Areia	Concluído	Não Há
Inúmeras áreas verdes para o lazer	Concluído	Não Há
Terminal Rodoviário	Concluído	Não Há
Centro Comercial	Concluído	Não Há
Sede da Administração Municipal	Concluído	Não Há
Unidade Integrada de Segurança Pública (UNISP)	Concluído	Não Há
Posto da Polícia Rodoviária Federal	Concluído	Não Há
Centro Cultural / Museu da EFMM	Concluído	Não Há
Aterro Sanitário	Concluído	Não Há
Sistema de Tratamento de Água	Concluído	Não Há
Sistema de Tratamento de Esgoto	Concluído	Não Há
Sistema de Drenagem Pluvial	Concluído	Não Há
Rede de Energia Elétrica	Concluído	Não Há
Iluminação Pública	Concluído	Não Há
Pavimentação Asfáltica	Concluído	Não Há
Sinalização Viária Vertical	Concluído	Não Há
Rede de Telefonia Fixa e Móvel	Concluído	Não Há
Trevo na BR 364 para o acessos a Nova Mutum Paraná	Concluído	Não Há
*Anexo 10.7. ABR_Relatório Final e Anexo		

Quadro 13: Implantação Comercial e Permuta de Lotes

Implantação Comercial e Permuta de Lotes			
Item		Quantitativo	Total
Comércios	Construídos Pela ESBR	38	48
	Autoconstrução Concluídos	07	
	Autoconstrução Em Andamento	02	
	Concessão	01	
Lotes Permutados	Comercial	04	05
	Associação	01	

Quadro 14: Implantação das Igrejas

Implantação das Igrejas			
	Item/Construção	Quantitativo	Total
Igreja Permutada Construída pela ESBR	Concluída	1	1
	Concluídas	4	7
Igrejas de Autoconstrução	Em Andamento	2	

- **Reassentamento Rural Coletivo (RRC)**

Para atender aos 35 beneficiários que optaram pela modalidade do Reassentamento Rural Coletivo (RRC), estão sendo construídas as infraestruturas necessárias para o atendimento dos projetos das atividades agro silvo pastoril, o bem estar das famílias e os acessos para o escoamento das produções nas propriedades rurais.

Todos os optantes escolheram como moradia, as residências construídas na localidade de Nova Mutum Paraná, concluindo assim as suas relocações.

- **Construção dos Galpões, Cercas, Poços, Fossas e Rede de Energia Elétrica.**

A execução dos projetos e implantação dos galpões, cerca de divisas nas propriedades onde não estão previstos projetos de atividade pecuária, poços semi-artesianos, fossas e a rede de energia elétrica, estão sendo construídas pela empresa CSX ENGENHARIA LTDA. Os trabalhos iniciaram-se no mês de agosto de 2011.

No montante serão construídos 35 galpões com 15,77 m² de depósito e banheiro; 35 poços; 35 fossas sépticas biodigestoras; 45.580,00 metros lineares de cercas de arame liso, com portões de madeira em todas as propriedades, aterramentos e seccionamentos conforme o caso; e a implantação de 11.285,49 metros de rede para a energia elétrica.

O Quadro 15 apresenta a evolução destas construções acima citadas.

Quadro 15: Status de implantação de cercas, poços, fossas, cercas e rede elétrica.

Status de implantação das cercas, poços, fossas, cercas, rede elétrica				
Item	Unidade	Previsto	Executado*	% Executada
Galpões	Unid.	35	09	25,71 %
Poços	Unid.	35	27	77,14 %
Fossas	Unid.	35	27	77,14 %
Cercas	Metro	45.580,00	39.642,00	86,97 %
Rede Elétrica	Metro	11.285,49	10.900,00	96,58 %

* O item executado representa as construções concluídas e entregues à ESBR, não considerando as construções parciais.

Construção dos Acessos.

Os acessos às propriedades rurais do Reassentamento Rural Coletivo estão sendo construídos pela empresa Escavabem Construções e Locações Ltda e iniciou-se no final do mês de novembro de 2011.

Estes acessos foram divididos em 02 categorias: acessos internos às propriedades e os acessos vicinais. Ao todo serão construídos 15.387,36 metros de acessos, com remoção de camada vegetal para conformação do solo, lançamento de cascalho e compactação, e a instalação de 56 metros de bueiros tubulares de concreto. Anexo 10.16. ESCAVABEM_Relatório Consolidado

O **Quadro16** apresenta a evolução das construções dos acessos no RRC.

Quadro 16: Status das Construções dos Acessos do RRC

Status das Construções			
Item	Previsto	Executado	% Executada
Acessos Internos	5.170,66	1.769,00	34,21 %
Acessos Vicinais	10.216,70	1.729,00	16,92 %
Total	15.387,36	3.498,00	22,73 %

j) Elaboração dos laudos de Avaliação

Na área urbana as propriedades foram avaliadas na totalidade e na área rural foram avaliadas as áreas inundadas, de remanso e de preservação permanente. Nos casos onde a área atingida ocupava mais de 70% da propriedade, a mesma foi considerada inviável e o proprietário teve a opção de vendê-la na totalidade.

As benfeitorias levantadas qualitativamente e quantitativamente com o acompanhamento do proprietário ou seu preposto foram discriminadas e apresentadas para o proprietário para conferência e depois assinadas. Após este inventário são aplicados as variáveis e preços, como base o caderno de preços, formando o laudo de avaliação que foi utilizado na composição da proposta encaminhada ao beneficiário.

k) Estudos de Caso

O Estudo de Caso é um instrumento que objetivou identificar os indivíduos e famílias que se caracterizam como beneficiários de uma das alternativas de remanejamento e que por algum motivo não estavam incluídos inicialmente no Programa.

Se, ao final do Estudo de Caso realizado o indivíduo ou unidade familiar postulante a benefício de remanejamento não se enquadrar nos critérios acordados no documento, seu caso é submetido/informado a Comissão de Remanejamento, a fim de que sejam dirimidas eventuais dúvidas ou lacunas que, uma vez superadas, ensejam a tomada de decisão final pela ESBR.

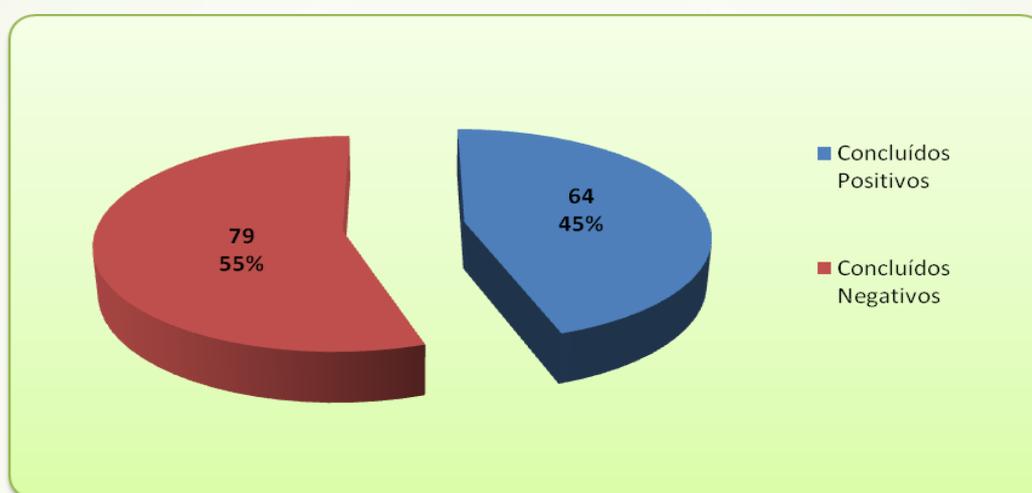
- **Área Urbana**

Todos os estudos de caso da área urbana foram finalizados pela ESBR. Em 31/05/2011 foi realizada uma reunião com o IBAMA para conclusão dos estudos de caso. A seguir é apresentado no **Quadro 17 e Figura 8** os Estudos de Caso Concluídos na Área Urbana.

Quadro 17: Estudos de Caso Concluídos na Área Urbana.

Estudos de Caso	Concluídos Positivos	Concluídos Negativos	Total
	64	79	143

Figura 08: Estudos de Caso Concluídos na Área Urbana.



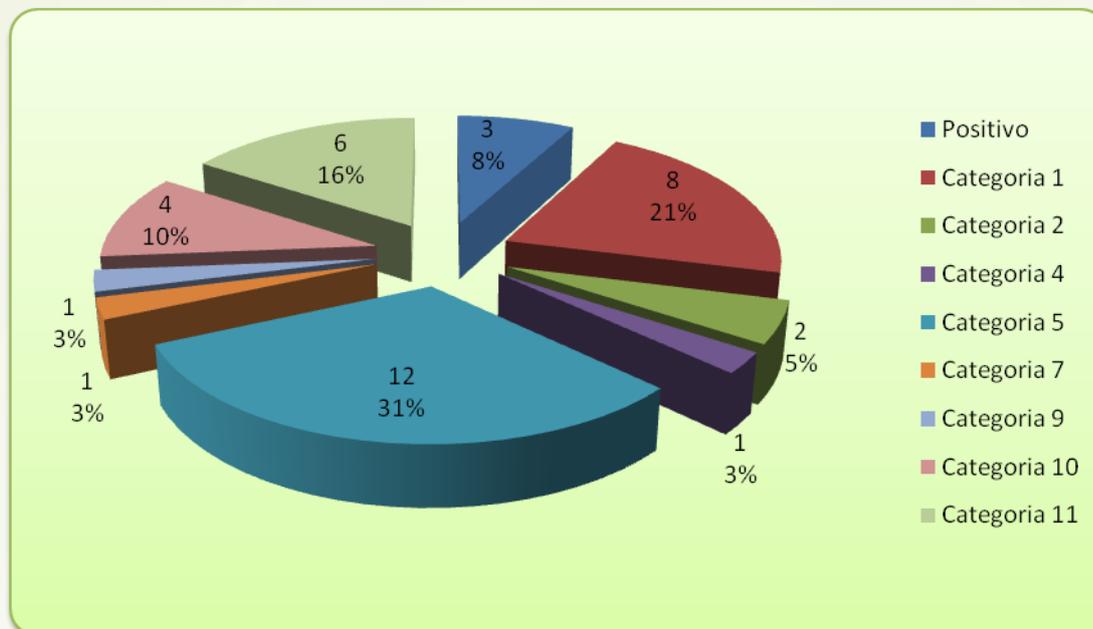
- **Área Rural**

Os estudos de caso da área rural já foram concluídos pela equipe da ESBR, Dos 38 estudos realizados 3 tiveram o parecer positivo, os demais estudos serão submetidos a avaliação pelo IBAMA.

Quadro 18: Estudos de Caso na Área Rural.

Resumo das Categorias	Janeiro de 2012
Positivo	3
Categoria 1	8
Categoria 2	2
Categoria 4	1
Categoria 5	12
Categoria 7	1
Categoria 9	1
Categoria 10	4
Categoria 11	6
Total	38

Figura 09 : Estudos de Caso na Área Rural. Jan/2012



Categorias:

1. Comprovação de vínculo físico de moradia com o imóvel em questão somente posteriormente a realização do cadastro socioeconômico.
2. Comprovação de vínculo físico de moradia com o imóvel em questão somente anteriormente a realização do cadastro socioeconômico
3. Comprovação de ausência eventual e comprovadamente temporária, permanecendo fora por período superior ao motivo apresentado.
4. A documentação apresentada não comprova vínculo com o imóvel atingido.
5. Comprovação de mesma unidade familiar de [____] e para estes casos a empresa leva em consideração a situação identificada na ocasião do cadastro socioeconômico, não analisando em separado as unidades familiares existentes.
6. Comprovação de mesma unidade familiar de [____], tendo formado nova unidade familiar posteriormente à realização do cadastro socioeconômico.
7. Comprovação de vínculo físico de moradia em período anterior à realização do cadastro socioeconômico, ocorrendo o retorno somente após a realização do mesmo.
8. O imóvel não será afetado pelo reservatório do Aproveitamento Hidrelétrico Jirau, não sendo necessária, assim, a sua desapropriação.
9. O estudo de viabilidade do remanescente concluiu que a atividade produtiva no imóvel poderá ser mantida e não ficará inviabilizada, não sendo necessária, assim, a sua desapropriação.
10. Não comprovação de vínculo de moradia contínuo e permanente, somente em períodos eventuais
11. Não comprovação de vínculo físico de moradia independente do titular residente cadastrado

l) Mudança das famílias atingidas

Tanto para a área urbana, quanto rural foram oferecidos aos beneficiários ajuda de custo para realização da mudança. Este auxílio é para o transporte de móveis e equipamentos.

m) Desmobilização das construções e desinfecção das propriedades na área atingida

- Limpeza das propriedades urbanas e rurais, através da demolição e desinfecção das benfeitorias, e destinação dos materiais.

As demolições das estruturas, desinfecção e destinação dos resíduos gerados ou não pelas demolições nas propriedades urbanas e rurais, estão sendo realizadas com a finalidade de promover uma melhor qualidade da água, ao acesso e a navegação no Futuro Reservatório da UHE JIRAU. Em todas as propriedades adquiridas, também estão sendo executados estes serviços nas áreas destinadas à Área de Preservação Permanente (APP).

Nas negociações com os proprietários de todas as áreas que contemplam o futuro reservatório e a APP da UHE JIRAU, foi dado o direito para que os mesmos pudessem desmobilizar e aproveitar os materiais já indenizados. Após realizou-se a vistoria do imóvel e a autorização para a limpeza da propriedade.

- **Área Urbana**

Demolição e Desinfecção

As demolições e desinfecções das propriedades urbanas foram executadas pela empresa CONCIPLAN EMPREENDIMENTOS, onde, iniciaram-se estes serviços em julho de 2010 e foram concluídas no início do mês de janeiro de 2012 com a desmobilização da última propriedade.

Foram realizados os trabalhos de demolição e desinfecção nas 385 propriedades urbanas que continham edificações, localizadas no distrito de Mutum Paraná e adquiridas pela UHE JIRAU. Além dessas, foram identificadas 132 benfeitorias construídas após os cadastros realizados pelo empreendedor e através do Mandado de Reintegração de Posse nº 0074/2011/SEPOD, expedido pela Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Rondônia da 1ª Vara, foram demolidas 76 destas benfeitorias. No período da execução deste mandado, as 56 benfeitorias restantes foram desmobilizadas pelos "invasores".

O **Quadro 19** apresenta os quantitativos demolidos pela contratada, os desmobilizados pelos antigos proprietários, os aterros e as desinfecções dos contaminantes.

Quadro 19 : Quantitativos Desmobilizados/Demolidos/Aterrados/Desinfetados

Quantitativos Desmobilizados/Demolidos/Aterrados/Desinfetados								
Propriedades	Quantitativo de propriedades	Desmobilizado pelo Proprietário		Demolidos e Desinfetados pela Conciplan				
		Benfeitorias (m ²)	%	Benfeitorias (m ²)	%	Cercas (m)	Aterro de Poços (Unid.)	Desinfecção e Aterro de Fossas (Unid.)
Cadastradas	385	25.948,08	60,4	17.002,64	39,6	20.547,12	295,00	369,00
Invasão	132	Sem Informação	-	1.119,80	-	65,00	4,00	1,00
Totais	517	25.948,08	60,4	18.122,44	39,6	20.612,12	299,00	370,00

- Destinação dos Resíduos

Levando em consideração as desmobilizações das benfeitorias pelos antigos proprietários do distrito de Mutum Paraná e com o aproveitamento destes materiais, restaram na poligonal desta região os materiais gerados pelas demolições e sem aproveitamento. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho-RO (SEMA), emitiu uma certidão de Viabilidade Ambiental N°282/2011 (Anexo 10.17 e Anexo 10.18), nos quais, autoriza o enterrio destes materiais. A empresa GLOBAL CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA é a responsável por este enterrio e destinação dos materiais recicláveis e contaminados não gerados pelas demolições, estes, são transportados para o centro de triagem e reciclagem do Canteiro de Obras da UHE JIRAU. Os serviços iniciaram-se no mês de dezembro de 2011 e conforme cronograma encerrar-se-á no final do mês abril de 2012.

No período foi executada a limpeza de uma área de 584.685 m² que corresponde á 63,73 % da área total. Anexo 10.14- GLOBAL_Relatório Consolidado.

O **Quadro 20** apresenta o quantitativo das áreas onde já se encontram concluído a limpeza e enterro dos entulhos de Mutum Paraná.

Quadro 20: Quantitativo de áreas Limpas de entulhos de Mutum Paraná

Área Total (m ²)	Área Limpa (m ²)	%	Área a ser Executada (m ²)	%
917.385,28	584.685,00	63,73	332.700,28	36,27

- **Área Rural**

As demolições e desinfecções das propriedades rurais , assim como as destinações dos resíduos resultantes das demolições e os não gerados por este serviço, estão sendo executadas pela empresa CONCIPLAN EMPREENDIMENTOS, onde, iniciaram-se estes serviços em junho de 2011.

No total foram executadas as demolições e desinfecções em 132 propriedades cadastradas e com benfeitorias adquiridas pela UHE JIRAU, 18 propriedades foram desmobilizadas por completo pelos antigos proprietários e 10 propriedades foram excluídas (exclusão da demolição das cercas de divisas), totalizando a conclusão de 160 propriedades. Das 51 propriedades com benfeitorias que faltam ser executadas, 32 estão desocupadas e autorizadas as demolições, e 19 aguardam a liberação. Estes dados estão representados no **Quadro 21**

O **Quadro 22** apresenta os quantitativos das benfeitorias demolidas, desmobilizados pelos proprietários, aterros, desinfecção dos contaminantes e os quantitativos que deverão ser executados.

O **Quadro 23** apresenta os quantitativos das destinações dos resíduos resultantes das demolições rurais.

Quadro 21: Número de Propriedades Rurais com Benfeitorias

Número de Propriedades Rurais com Benfeitorias		
Propriedades	Quantidade	%
Demolidas/Desinfetadas	132	62%
Desmobilizadas por Completo pelos Proprietários	18	8,4%
Excluídas	10	4,7%
À Serem Executadas		
Autorizadas	32	15,0%
Não Autorizadas	21	9,9%
Total	213	100%

Quadro 22: Quantitativos das Benfeitorias Demolidas/Desmobilizadas, Aterradas, Desinfetadas e os Quantitativos que Deverão ser Executados.

Quantitativos das Benfeitorias Demolidas/Desmobilizadas, Aterradas, Desinfetadas e os Quantitativos que Deverão ser Executados											
ITENS	Unidade	Levantamento Físico	Executado			Excluídas		A Serem Executados			
			Demolido/Conciplan	Desmobiliz. Proprietário	%	Cercas	%	Autorizado	Não Autorizado	%	
Benfeitorias	Residências	m ²	13.260,03	4.797,72	5.553,91	78,1	0,00	0,00	586,26	2.322,14	21,9
	Banheiros	m ²	383,33	215,22	0,00	56,1	0,00	0,00	30,35	137,76	43,9
	Galpão/Depósitos	m ²	8.239,17	3.571,75	1.439,94	60,8	0,00	0,00	377,85	2.849,63	39,2
	Curral/Brete	m ²	4.814,86	3.142,28	214,32	69,7	0,00	0,00	665,14	793,12	30,3
	Cercas	m	242.289,78	109.541,69	46.302,74	64,3	15.317,78	6,32	14.904,25	56.223,32	29,4
Desinfecção/ Aterro	Poço	uni d.	89,00	65,00	0,00	73,0	0,00	0,00	7,00	12,00	21,3
	Fossa	uni d.	112,00	64,00	0,00	57,1	0,00	0,00	7,00	41,00	42,9
	Curral	m ²	4.814,86	3.788,49	0,00	78,7	0,00	0,00	790,77	793,12	32,9

Quadro 23: Quantitativos das Destinações dos Resíduos provenientes das Demolições Rurais

Quantitativos das Destinações dos Resíduos provenientes das Demolições Rurais									
Itens	Unid.	Levantamento Físico	Cercas Excluídas	Executado/Destinado			A Ser Destinado		
				Conciplan	Propriet.	%	Autorizado	Não Autorizado	%
Benfeitorias	m ²	26.697,39	***	3.757,21	7.877,95	43,6	8.874,23	6.188,00	56,4
Cercas	m	242.289,78	15.317,78	32.610,66	43.314,40	33,5	95.943,22	55.103,72	66,5

n) Consolidação de Planos de Compensação de Acordo com Perfil Socioeconômico dos Atingidos e Físico-Fundiário das Propriedades

Nesse item foram apontados critérios, diretrizes e alternativas, que nortearam os planos de compensação destinados aos atingidos pelo AHE Jirau. Sua consolidação se deu a partir da sistematização dos dados cadastrais e de reuniões dos Comitês de Sustentabilidade (vide Quadro 09 e de Grupos de Trabalho (vide Quadro 10).

Quadro 24 : Ações dos Planos de Compensação

Ações	Status	Atividades Desenvolvidas no Período
<p>Ações compensatórias que contemplem a diversidade socioeconômica e cultural. Vide Item 3 – Atendimento as Metas do Programa de Remanejamento.</p>		<p>- Cadastro Socioeconômico (CSE) da área urbana e rural do AHE Jirau em 2009. Concluído e ajustado em função da demanda do IBAMA relativa à área de remanso e definição da APP, conforme CSE Remanso. 5º. Relatório Semestral . Protocolado no IBAMA em 09/03/2012. Correspondência AJ/TS 465-2012.</p> <p>- Envolvimento da população atingida, dos poderes públicos e da sociedade civil através de representantes que contemplem os diferentes segmentos e grupos sociais. Consolidação dos Comitês de Sustentabilidade como grupos de consulta e acompanhamento.</p> <p>- Realizadas reuniões do Comitê, GTs Urbano e Rural. Visitas dos agentes de comunicação e reuniões de apresentação das campanhas, resultados dos Programas e outras definições. Realização de fóruns anuais em N.Mutum Paraná com os beneficiários -área urbana e rural para avaliação dos resultados e medidas em implementação.</p>
<p>Indenizações socialmente justas</p>	<p>Atendido</p>	<p>Estudos de Caso. Item 4.2.1 - k Processo de Negociação. Item 4.2.1 -f</p>
<p>Preservação de redes de relações sociais e de parentesco</p>	<p>Atendido</p>	<p>As ações promovidas pela ESBR que buscam reestruturar o modo de vida das famílias, tiveram início formalmente à partir do subprograma de reorganização das atividades produtivas que vem sendo desenvolvido desde agosto de 2011, através das ações de Assistência Técnica e Social. Também, desde o início do processo de remanejamento em especial da área urbana de Mutum Paraná, foram feitas várias ações que podem ser traduzidas especialmente em reuniões de grupo de trabalho onde buscou-se caracterizar e atender necessidades e demandas desse grupo social. Como exemplo, foram mantidos os nomes das ruas de Mutum Paraná e as vizinhanças originais. Foram realizadas pesquisas de opinião, pela empresa Previsão, na busca de identificar os pontos de insatisfação do processo de remanejamento e da própria implantação do empreendimento. Mais recentemente a partir da implantação dos grupos de trabalho de cultura, lazer, urbano e rural, vem sendo discutido e avaliados aspectos relativos ao resgate cultural e valores sociais e históricos deste grupo. Também no âmbito das Oficinas de Comunicação existe uma produção de informativos e até mesmo foi elaborado um filme premiado no Festival de Cinema “Curta Amazônia” que retrata as fases históricas da ocupação da região com depoimentos dos moradores de Mutum Paraná. Este trabalho tem sido utilizado como elemento de resgate de valores e de relação social existente neste grupo de moradores, entretanto o principal</p>

		<p>elemento para a reestruturação dos modos de vida acredita-se será o desenvolvimento das ações de assistência técnica e social, que tem por objetivo não apenas promover a reorganização dos modos de produção, mas fundamentalmente as relações de organização para resgate e consolidação do modo de vida da população remanejada, tanto urbana quanto rural.</p> <p>Também como elemento de avaliação do grau de reestruturação dos modos de vida teve início em agosto de 2011 o Subprograma de Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida, que se desenvolve através da aplicação de pesquisas junto a população e avaliação do grau de inserção, emancipação e vulnerabilidade do público alvo. A análise de vulnerabilidade e emancipação será organizada à partir da avaliação com base em indicadores específicos que se traduzirão em indicações ou recomendações para atuação da assistência técnica e social. Os resultados das entrevistas e do desenvolvimento deste programa começarão a ser apresentados em relatórios previstos para junho de 2012. Até lá estarão sendo desenvolvidas as atividades no âmbito da assistência técnica e social tanto para a população urbana quanto rural.</p>
Participação do Programa pelos atingidos	Atendido	Item 4.2.1 – h – Estrutura do Sistema de Gestão com as Populações Atendidas. Comitê de Sustentabilidade e Grupos de Trabalho
Antecedência na implementação de ações compensatórias	Atendido	<p>Dentre as medidas compensatórias foi oferecida aos reassentados rurais e urbanos, optantes pela carta de crédito a Assistência Técnica e Social por 3 anos, além da verba mensal de 1 salário mínimo durante 12 meses e o Monitoramento de Reinserção Social por 3 anos. Os reassentados da área urbana já receberam as 12 parcelas e da área rural receberam 12 meses e o benefício foi estendido por mais 6 meses, finalizando em fevereiro de 2012. A continuidade no pagamento desta verba de manutenção para os reassentados da área rural será definido no próximo mês, adotando-se critérios que estão em discussão.</p> <p>A assistência técnica e social será prestada por um período de 3 anos finalizando os trabalhos em julho de 2014.</p> <p>O Monitoramento iniciou em outubro de 2011 com previsão de 3 anos de monitoramento.</p>
Compatibilização entre sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico	Em atendimento	<p>Participação de técnico da equipe em curso de capacitação em agroecologia ministrado nas dependências do Projeto Piloto de Horticultura Integrada com Piscicultura.</p> <p>O Projeto Integrado de Piscicultura e Agroecologia - o Instituto Pro-Natura.</p> <p>Planos de desenvolvimento Local de Longo Prazo e identificação de linhas de atividades sustentáveis - Fundação Getúlio Vargas</p>

		<p>Estudos de Viabilidade das cadeias produtivas em sistemas agroflorestais, processamento da madeira, pesca e piscicultura e agricultura orgânica - Instituto Pro Natura</p> <p>Visita ao Projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado) de Nova Califórnia – Município de Porto Velho – RO com grupo de reassentados.</p> <p>Observatório Ambiental Jirau, com organização dos produtores rurais em torno de cooperativa e trabalhos de revegetação da APP, desde a produção de mudas até seu plantio.</p>
<p>Monitoramento e avaliação dos processos de remanejamento e reorganização das atividades produtivas</p>	<p>Em atendimento</p>	<p>- Subprograma de Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida</p> <p>O trabalho realizado até o momento não permite obter análise criteriosa dos dados, uma vez que foi concluindo recentemente a inclusão dos dados da etapa T0 e T1 no sistema Desktop de Banco de Dados MS ACCESS e iniciada a aplicação de notas, para posteriormente fazer a análise dos resultados que resultará na elaboração do relatório. Ver item 4.2.3</p> <p>No entanto, observou-se que alguns elementos, sofreram mudanças positivas ao longo do processo de remanejamento.</p> <p>Quanto ao Subprograma de Monitoramento da Viabilidade Econômica de Atividades Reorganizadas, o prazo de execução para as atividades de monitoramento e avaliação da viabilidade econômica das atividades reorganizadas é de 3 anos após a entrada em operação do AHE Jirau.</p>

4.2.2 Subprograma de Reorganização das Atividades Produtivas

a) Atendimento na Área Social – Rural

Quadro 26: Atendimento Social - Área Rural. Junho/ 2011 a fev/ de 2012.

Eixos	Macro Ações	Famílias atendidas
		Área Rural
Mobilização e Comunicação	Ações Informativas / visitas sociais: Reuniões com as famílias Atividades sócio culturais Educação Ambiental (orientação quanto aos cuidados com o meio ambiente) Educação Sanitária (Orientação quanto aos cuidados com a higiene doméstica/residencial e pessoal) Educação para a Saúde (orientação quanto às questões de saúde da família)	129
Participação Comunitária Sócio Organizativa		
Educação Social	Articulação para parcerias públicas e privadas	02
Total		131

b) Atendimento na Área Social - Urbana

Quadro 27: Atendimento Social. Período de julho de 2011 a fevereiro de 2012.

Eixos	Macro Ações	Famílias atendidas	Ações integradas entre a área urbana e rural	Total			
		Área Urbana					
Mobilização e Comunicação Participação Comunitária Sócio Organizativo Educação Social	Ações Informativas / visitas sociais: Reuniões com as famílias Atividades sócio culturais Educação Ambiental (orientação quanto aos cuidados com o meio ambiente)	141	0	141			
	Educação Sanitária (Orientação quanto aos cuidados com a higiene doméstica/residencial e pessoal) Educação para a Saúde (orientação quanto às questões de saúde da família)						
	Cadastro das Famílias / Tarifa Social				65	0	65
	Articulação para parcerias públicas e privadas				04	15	19
	Capacitação da equipe técnica				0	03	03
	Reunião da equipe técnica				0	09	09
	Reunião de integração com os projetos de abrangência				0	04	04
	Atendimento social (escritório)				0	192	192
Total		210	223	433			

Quadro 28: Resumo dos Atendimentos efetuados.

Assistência Técnica e Social	2011					2012		Total
	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	janeiro	Fevereiro	
ASSISTÊNCIA SOCIAL								
1.1 Reassentamento Rural	0	15	13	11	20	16	42	117
1.2 Assistência Social - Área Urbana	0	18	0	0	9	30	38	95
1.3 No Escritório da ECSA - Nova Mutum Paraná	0	0	38	42	13	8	0	101
1.4 Visitas Domiciliares Urbano	0	0	28	23	0	4	0	55
1.5 Cadastro das Famílias / Tarifa Social	0	0	65	0	0	0	0	65
2. Assistência técnica – Reassentamento rural	0	18	13	32	32	19	18	132
3. No Escritório da ECSA (Remanejamento, Atividades produtivas, projetos de renda)	20	65	67	82	35	21	36	326
4. Atendimentos na área urbana (Análise de Projetos, Reuniões, Visitas e Atendimentos)	0	132	17	3	2	10	3	167
6. Acompanhamento dos Projetos de Renda (visitas as propriedades, prospecções, visitas técnicas)	0	2	40	21	4	0	0	67
Total	20	250	281	214	115	108	137	1125

- Reassentamento Rural Coletivo

Para os beneficiários optantes por esta modalidade foram apresentadas duas propostas quanto à localização da residência, sendo a primeira proposta uma casa no mesmo padrão das casas de Nova Mutum Paraná na área rural e a segunda uma casa em Nova Mutum Paraná e um lote em área próxima ao local. Todos os beneficiários optaram pela casa em Nova Mutum Paraná.

Os lotes rurais possuem cerca de 15 ha de área para cultivo e desenvolvimento de projetos, e uma reserva legal em condomínio de 60 ha. A apresentação da área de instalação do reassentamento e a escolha dos lotes foram realizadas no dia 14 de janeiro de 2011. Em 18 de abril de 2011, foi realizada nova reunião com os beneficiários para a distribuição dos lotes de acordo com as regras adotadas pelos próprios reassentados.

O primeiro projeto executado no reassentamento foi o preparo do solo e posterior plantio da área de 01 hectare destinado à subsistência das famílias. O preparo do solo contemplou todo o serviço de máquina necessário para correção e adubação do solo, o fornecimento dos insumos necessários (adubos, sementes, manivas de mandioca) e o acompanhamento técnico em todas as etapas. O adubo escolhido foi o ortofosfato, e a preferência na aquisição deste adubo, deu-se em

função de que alguns reassentados planejam trabalhar com agricultura natural e o adubo utilizado está dentro dos permitidos para cultivos com esta finalidade.

O preparo da área de cultivo foi programado para a segunda quinzena de setembro de 2011 e o plantio iniciou-se na primeira semana de outubro, conforme cronograma abaixo. Além da área de 1 ha cultivada o beneficiário terá direito a um projeto para geração de renda no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para investimento em sua propriedade. Este projeto está sendo desenvolvido com o apoio dos técnicos contratados e somente pode ser implantado após a elaboração e análise de um estudo de viabilidade, o qual leva em consideração a aptidão da área, do beneficiário, dimensionamento, comercialização do produto entre outros.

Quadro 29: Situação das propriedades com relação à implantação de projetos

Situação	Quantidade	% sobre o total
Propriedades com projetos já concluídos	19	54,29
Propriedades com projetos para serem concluídos até 15/04	11	31,43
Projetos indefinidos, para serem definidos até 15/04	4	11,43
Projetos ainda não definidos	3	8,57
Total de projetos	35	100

A seguir **na Figura 10** encontra-se o Cronograma do Projeto de Reassentamento Rural Coletivo e no Anexo 10.2 a Relação dos Reassentados Rurais e suas respectivas áreas.

Figura 10: Cronograma do Projeto de Reassentamento Rural Coletivo

Item	2011									2012					
	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J
Escolha dos lotes	X	X													
Definição do projeto	X	X	X	X	X	X	X	X							
Construção de cerca						X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Construção de galpões						X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Construção de poços de água potável						X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Construção de acessos								X	X	X	X	X	X	X	X

Figura 11: Cronograma para as Atividades de ATS – Assistência Técnica e Social

Atividades	2011						2012											
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Assistência Social urbana e rural																		
Assistência Técnica urbana e Rural																		
Projeto de plantio de mandioca																		
Preparo da área																		
Aplicação de calcário																		
Plantio																		
Colheita																		
Projeto de plantio de safrinha																		
Preparo da área																		
Aplicação de calcário																		
Plantio																		
Colheita																		
Culturas de entressafra																		
Projeto de renda																		
Definição do projeto																		
Estudo de viabilidade do projeto																		
Implantação do projeto																		

Figura 12: Cronograma para as atividades de ATS – 2013/2014

Atividades	2013												2014											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Assistência Social urbana e rural																								
Assistência Técnica urbana e Rural																								
Projeto de plantio da mandioca																								
Preparo da área																								
Aplicação de calcário																								
Plantio																								
Colheita																								
Projeto de plantio da safrinha																								
Preparo da área																								
Aplicação de calcário																								
Plantio																								
Colheita																								
Culturas entressafra																								
Projeto de renda																								
Definição do projeto																								
Estudo de viabilidade do projeto																								
Implantação do projeto																								

4.2.3 Subprograma de Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida

O trabalho realizado até o momento não permite obter análise criteriosa dos dados, uma vez que foi concluindo recentemente a inclusão dos dados da etapa T0 e T1 no sistema Desktop de Banco de Dados MS ACCESS e iniciado a aplicação de notas, para posteriormente fazer a análise dos resultados que cominará na elaboração do relatório.

No entanto, observou-se que alguns elementos, sofreram mudanças positivas ao longo do processo de remanejamento, conforme segue descrito:

Carta de Crédito (Rural e/ou Urbana)

Para os beneficiados por Carta de Crédito Urbana ou Rural, os dois aspectos mais relevantes, percebidos junto aos beneficiários, mostrando-se satisfeitos com a nova realidade urbana e patrimonial, foram: 1) ter casa própria e 2) acesso facilitado a meios de comunicação.

Reassentamento Urbano

O acesso facilitado a serviços de banco e a meios de comunicação; a melhoria na infraestrutura (água encanada, energia elétrica, asfalto e esgoto) e melhoria no quesito saúde (diminuiu a incidência de malária na comunidade), foram as alterações mais notáveis na dinâmica urbana, comparadas à Mutum Paraná. Sendo estas bastante perceptíveis e altamente valorizadas pelas famílias, embora haja reclamações quanto à qualidade dos serviços de água e esgoto, de responsabilidade da CAERD, e sobre as tarifas de água e energia, de responsabilidade da CERON.

A melhora do ambiente e a nova localização da sede de Nova Mutum Paraná também foram decisivas na diminuição extrema dos casos de malária, melhorando a saúde da comunidade de forma geral.

Reassentamento Rural

As famílias optantes pelo Reassentamento Rural serão entrevistadas para etapa T1 nos próximos meses, o que se pode perceber na etapa T0 foi a satisfação pela possibilidade de incremento patrimonial, melhora na infraestrutura e pela localização do lote rural próximo ao centro urbano, facilitando o escoamento da futura produção. Notou-se também preocupação com o restabelecimento da geração de renda, fato que será melhor avaliada na etapa T1.

A programação inicial deste trabalho previa que neste momento estivesse sendo elaborado o relatório consolidado da etapa T0. No entanto, fez-se necessário a modificação desta programação em função de nova demanda do empreendedor em fornecer alguns dados ao IBAMA referente ao público de Reassentamento Urbano e Reassentamento Urbano com Ponto Comercial. Logo, estes dados serão analisados antes da elaboração do relatório consolidado da etapa T0.

Tais dados farão parte de um relatório parcial da etapa T1, ou seja, recorte situacional do período de coleta de dados (setembro/ 11 a dezembro/ 11) e abordará apenas os indicadores Socioeconômico e Dinâmica Sócio Espacial, sem comparativo com a origem.

No Anexo 10.22 é apresentado o Relatório Semestral Relatório Situacional de Atividades do Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida da população atingida pela Usina Hidrelétrica Jirau. Agosto/2011 – Março/2012

4.2.4 Subprograma de Monitoramento da Viabilidade Econômica de Atividades Reorganizadas.

O prazo de execução para as atividades de monitoramento e avaliação da viabilidade econômica das atividades reorganizadas é de 3 anos após a entrada em operação do AHE Jirau.

5 INDICADORES

Conforme item 4.2.3, o trabalho realizado até o momento não permite obter análise criteriosa dos dados, uma vez que foi concluído recentemente a inclusão dos dados da etapa T0 e T1 no sistema Desktop de Banco de Dados MS ACCESS e iniciada a aplicação de notas, para posteriormente fazer a análise dos resultados que cominará na elaboração do relatório.

No entanto, observou-se que alguns elementos, sofreram mudanças positivas ao longo do processo de remanejamento, conforme está descrito no item 4.2.3 acima.

Segundo o PARECER Nº 103/2010 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, o IBAMA sugeriu os seguintes indicadores para o monitoramento da qualidade de vida da população atingida pelo empreendimento:

i) acompanhamento da geração de renda familiar - de preferência que se tenham dados pretéritos a instalação do empreendimento, com planilhas que permitam acompanhar o comportamento financeiro da família durante determinado período do tempo, utilizando inclusive os dados levantados no cadastro socioeconômico, se possível;

A data para a apresentação do acompanhamento da geração de renda familiar está prevista para julho de 2012.

ii) nível de condições de infraestrutura de moradia – aferir e acompanhar a situação de recomposição da estrutura física de moradia;

iii) avaliação das condições de acesso aos serviços sociais - transporte, saúde, educação e saneamento;

iv) nível de reestruturação das redes sociais - medir o grau de reestruturação dos laços sociais e de convivência em grupo, avaliando a recomposição de organizações sociais, de lazer, de associações comunitárias.

Segundo o Parecer acima citado: "Com o estabelecimento desses indicadores, acredita-se que ter elementos para o monitoramento da reconstrução da qualidade de vida dessas famílias,

acompanhando os aspectos econômicos, da estrutura de moradia, da estrutura dos serviços sociais e de reestruturação das relações sociais.”

Para desenvolver o Subprograma de Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida, foram incorporados os parâmetros apresentados pelo PARECER Nº 103/2010 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, nos seguintes termos:

Para o monitoramento da população remanejada pela formação do reservatório da AHE JIRAU, os intervalos de tempo foram determinados para os grupos populacionais conforme apresentado na descrição do Subprograma de Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida.

5. INTERFACES

O Programa de Remanejamento das Populações Atingidas caracteriza-se por uma natureza integradora, em virtude da centralidade e sua natureza demanda ações complementares desenvolvidas pelos os outros programas. A população remanejada, tanto urbana como rural se constitui em principal preocupação das ações da área de socioeconomia, e ocupa a posição central e coordenadora das demais ações dos diferentes programas que em certa medida se organizam e desenvolvem. Nesta perspectiva e, em atendimento ao compromisso do PBA, atendendo as referencias como indicado, e como segue:

Quadro 30: Interfaces

Interfaces	Status	Evidências	Referência
Programa de Educação Ambiental	Em andamento	<p>Interação das atividades de apoio através de ações e organização dos grupos participantes do programa de remanejamento (urbano, rural, indenizados, beneficiários de carta de credito).</p> <p>Participantes de ações como cooperativa, oficinas, produção de galinha caipira, produção de mudas e manejo ambiental.</p>	Verificar o relatório do Programa de Educação Ambiental – programa 21
Programa de Comunicação Social	Em andamento	<p>Divulgação de informações para integração das pessoas, mobilização e informação sobre planejamento e gestão das atividades de remanejamento e outras ações integradas, execução, monitoramento e avaliação do Programa de Remanejamento das populações atingidas estará no âmbito da linha de ação de Comunicação Comunitária</p>	Como indicado no Relatório do programa de Comunicação Social – Programa 20
Programa de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (PACUERA):	Concluído	<p>Definição e estabelecimento de critérios e relação de uso e ocupação das áreas de APP, tanto no que se refere à saída das terras quanto ao seu uso para fins produtivos, já em fase de reassentamento. Proposição de mecanismos de gestão do território e os grupos atingidos ou permanentes.</p>	<p>Foram realizadas apresentações do zoneamento para a comunidade e para os Grupos de Trabalho do Comitê de Sustentabilidade – GT Meio Ambiente, GT Socioeconomia.</p> <p>Para mais informações consultar o relatório de Comunicação onde constam as apresentações.</p>

Interfaces	Status	Evidências	Referência
Programa de Compensação Social:	Concluído	Recomposição dos equipamentos de infra-estrutura em função da formação do reservatório, saúde, educação, lazer e segurança pública em Nova Mutum Paraná, e na AID. Além de outras ações e fortalecimento do associativismo e do empreendedorismo tanto na região como para o reassentamento urbano e rural.	Relatório do Programa de Compensação Social.
Programa de Saúde Pública	Concluído	Realizadas ações na área da saúde pública relacionadas à população remanejada ou permanecerá na área de influencia direta do empreendimento, ações relacionadas as ações de compensação social, em parceria com secretarias municipais. Distribuição de MILDS; Campanhas de borrifação para controle de Malária;	Distribuição de MILDS aos reassentados rurais; Campanhas de borrifação de casas para controle de Malária e Instalação de Posto de Saúde em N.Mutum Paraná. Estas informações estão no Relatório do Programa de Saúde Pública- subprograma de Controle da Malária
Programa de Recuperação de Infra-Estrutura Afetada:	Em andamento	Realocação de trechos BR-364 e de estradas vicinais, devido a formação do reservatório, que são as principais vias de acesso das populações da AID e AII.	Conclusão das relocações e alteamento dos acessos vicinais e da BR 364, previsão de conclusão para julho de 2012. Conclusão do levantamento topográfico e contratação das relocações e alteamentos nos acessos às propriedades rurais remanescentes, previsão de conclusão dos acessos para antes do início do enchimento do reservatório.

Interfaces	Status	Evidências	Referência
Programa de Acompanhamento do Direito Minerário:	Concluído	Presença de atividade garimpeira na AID e sua relação com a reestruturação das atividades produtivas.	Foi realizada a análise do Cadastro Socioeconômico
Há interfaces com outros programas a serem exploradas no desenvolvimento da Linha de investimento de Prestação de Serviços Ambientais do Subprograma de Reestruturação de Atividades Produtivas.	Em andamento		Projeto Piloto de Piscicultura e Agroecologia, COOPPROJIRAU- Cooperativa dos Produtores Rurais do Observatório Ambiental Jirau.
Programa de Conservação da Flora.	Concluído	Identificação e definição das áreas a serem negociadas para a formação da APP e Remanso – levantamento físico, avaliação e negociação	Relatório final de implantação – LO

7. ATENDIMENTO AO CRONOGRAMA DO PROGRAMA

Vide Anexo 10.15

8. ATIVIDADES FUTURAS

8.1. SubPrograma de Remanejamento das Populações Atingidas

- a) Conclusão das negociações das propriedades rurais incluindo as atingidas pela nova APP
- b) Reunião entre equipe técnica da ESBR e IBAMA para fechamento dos estudos de caso.
- c) Limpeza das Propriedades Urbanas e Rurais, através da Demolição e Desinfecção das Benfeitorias, e Destinação dos Materiais.

d) Área Urbana

Conclusão do enterro dos materiais gerados pelas demolições urbanas e a destinação dos materiais recicláveis e contaminantes não gerados por estas demolições, até o mês de abril de 2012.

e) Área Rural

Conclusão das demolições das benfeitorias, desinfecções, destinação dos materiais gerados pela demolição rural, materiais recicláveis e contaminantes das propriedades rurais.

8.2. Subprograma de Reorganização das Atividades Produtivas

- Reassentamento Urbano Coletivo

Conclusão da implantação dos muros nas residências dos optantes pelos reassentamentos.

- Reassentamento Rural Coletivo

Conclusão e entrega aos reassentados das construções dos galpões, cercas, poços, fossas sépticas biodigestoras e rede de energia elétrica. A conclusão está prevista para o mês de junho de 2012.

Conclusão das construções dos acessos às propriedades rurais, e está previsto para o final do mês de maio de 2012, conforme o cronograma da contratada.

8.3. Subprograma de Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida

Estão previstas para os próximos seis meses, as seguintes atividades:

- Elaboração situacional a partir dos indicadores: Socioeconômico e Dinâmica Socioespacial para o público de Reassentamento Urbano e Reassentamento Urbano com Ponto Comercial; Anexo 10.22
- Análise e sistematização dos dados da etapa T0;
- Elaboração do relatório consolidado da etapa T0;
- Revisão final e emissão do relatório da etapa T0;
- Coleta de dados da etapa T1 para o público de reassentamento rural;
- Inserção de dados (T1 para o público de reassentamento rural) coletas no sistema Desktop de Banco de Dados MS ACCESS;
- Análise e sistematização dos dados da etapa T1;
- Elaboração do relatório consolidado da etapa T1.

8.4. Subprograma de Monitoramento da Viabilidade Econômica de Atividades Reorganizadas

O prazo de execução para as atividades de monitoramento e avaliação da viabilidade econômica das atividades reorganizadas é de 3 anos após a entrada em operação do AHE Jirau.

9. Conclusões

Durante a execução do Programa de Remanejamento das Populações Atingidas e de seus Subprogramas considerou-se a condicionante 2.40, da LI nº 621-2009.

O Programa de Remanejamento das Populações Atingidas visa manter os padrões de qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável dos que residem, trabalham, desenvolvem atividades ou sobrevivem dos recursos naturais existentes na Área de Influência Direta do AHE Jirau.

Na área da UHE Jirau os levantamentos de campo e o processamento dos dados de remanejamento estão 100% concluídos.

Os critérios para as diferentes categorias sociais e de elegibilidade tiveram como finalidade classificar cada categoria nas modalidades de remanejamento definidas pela ESBR.

As opções de remanejamento definidas pela ESBR foram: Indenização; Carta de Crédito; Reassentamento Rural Coletivo e Reassentamento Urbano Coletivo.

Durante o desenvolvimento do Programa foram realizadas ações participativas para a escolha das opções remanejamento e as formas de indenização.

Com os cadastros socioeconômico e físico-fundiário concluídos foi realizada uma análise das opções que cada envolvido teria direito de acordo com os critérios definidos. Após esta adequação, a mesma foi apresentada ao beneficiário para que este fizesse a opção. O processo de emissão dos Termos de Elegibilidade da área urbana foi iniciado em dezembro/2009 e da área rural em abril de 2010.

Durante o desenvolvimento do Programa foram realizadas ações participativas para a escolha das opções de remanejamento e formas de indenização.

Em janeiro de 2010 foi criado um Comitê de Sustentabilidade consultivo, composto por representantes das autoridades locais, representantes dos poderes público, das populações atingidas, do empreendedor e das equipes técnicas para discutir estratégias e atividades durante toda a implementação do Programa de Remanejamento, que se iniciou antes da transferência das famílias e prosseguirá até a fase de monitoramento e avaliação.

Todas as propriedades previstas na **Área Rural** foram negociadas e adquiridas, restando apenas 23% referente à regularização final de propriedades (processos judiciais) e 2,75% à novas propriedades atingidas pela APP e remanso.

Área Rural - Modalidades	Quantidade	Percentual (%)
Reassentamento	35	8,75
Carta de Crédito	27	6,75
Indenização	235	58,75
Processos Judiciais Total	92	23,00
Mudança por Autodeterminação*	8*	2,00
APP e Remanso	3*	0,75
Total Geral	400	100

* 8 (oito) Não Proprietários (mudança por autodeterminação) que se mudaram das propriedades antes da apresentação das propostas e não deixaram contato, e 3 (três) novas propriedades atingidas pela **APP e Remanso**.

As propriedades na **Área Urbana** de Mutum Paraná foram negociadas e adquiridas, onde apenas 1,10% referem-se à desapropriação judicial, entre espólios, litígios, recusas e acordo judicial. As indenizações alcançaram 44,44%, as cartas de crédito 20,50% e 160 propriedades – 25,04% foram reassentadas. Estas fizeram a opção pelo reassentamento e se encontram em suas novas moradias em Nova Mutum Paraná.

Área Urbana - Modalidades	Quantidade	Percentual (%)
Reassentamento	160	25,04
Carta de Crédito	131	20,50
Indenização	284	44,44
Comércios	55	8,61
Desapropriação Judicial	7	1,10
Mudança por Autoderminação*	2	0,31
Total Geral	639	100

*Pessoas cadastradas como não proprietários que se mudaram das propriedades antes da apresentação das propostas e não deixaram contato.

Nos dois Quadros acima se destacam dois grupos de potenciais beneficiários (asterisco) tanto urbanos como rurais, que promoveram processo de mudança não patrocinada, usufruindo do seu livre direito de ir e vir em busca de oportunidades. Este Grupo foi caracterizado e deve ser

considerado como solucionado, uma vez que atuou por sua "autodeterminação", não sendo participante do processo de relocação compulsória. Vale destacar que, por terem sido cadastrados devem ser relacionados para a contabilização do processo de remanejamento sem lacunas. Estes não são ou foram objeto de Estudo de caso.

Para atender às necessidades de relocação da população e de fornecimento de moradia aos trabalhadores alocados na obra, foi implantada a localidade de Nova Mutum Paraná, a 102 km de Porto Velho/RO. O Projeto Urbanístico previu a implantação do núcleo urbano onde foram implantadas estruturas e sistemas, para uso público e privado.

Foram construídas 1.600 casas, nas quais 195 abrigam as famílias dos optantes pelos reassentamentos coletivos, 10 foram doadas para a prefeitura, com o objetivo de alojar profissionais das áreas de saúde e educação e 03 casas de apoio para a Unidade Integrada de Segurança Pública (UNISP).

Na Área Urbana de Mutum Paraná foram realizados os trabalhos de demolição e desinfecção nas 385 propriedades urbanas cadastradas em Mutum Paraná que continham edificações. Além dessas, foram identificadas 132 benfeitorias construídas após os cadastros realizados pela ESBR e através do Mandado de Reintegração de Posse foram demolidas 76 destas benfeitorias.

Propriedades	Quantitativo de propriedades	Desmobilizado pelo Proprietário		Demolidos e Desinfetados				
		Benfeitorias (m ²)	%	Benfeitorias (m ²)	%	Cercas (m)	Aterro de Poços (Unid.)	Desinfecção e Aterro de Fossas (Unid.)
Cadastradas	385	25.948,08	60,4	17.002,64	39,6	20.547,12	295,00	369,00
Invasão	132			1.119,80		65,00	4,00	1,00
Total	517	25.948,08	60,4	18.122,44	39,6	20.612,12	299,00	370,00

Já foram realizadas demolição e desinfecção de 100% das estruturas a serem demolidas/desinfetadas nos imóveis adquiridos e desocupados.

Quanto à destinação dos resíduos, com as desmobilizações das benfeitorias executadas pelos proprietários restaram os materiais gerados pelas demolições e sem aproveitamento. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho-RO (SEMA), emitiu uma certidão de Viabilidade Ambiental autorizando o enterrio destes materiais. Os serviços iniciaram-se no mês de dezembro de 2011 e encerrar-se-ão em abril de 2012. No período foi executada a limpeza de uma área de 584.685 m² que corresponde a 63,73 % da área total.

Área Total (m ²)	Área Limpa (m ²)	%	Área a ser Executada (m ²)	%
917.385,28	584.685,00	63,73	332.700,28	36,27

Na **Área Rural** foram executadas demolições e desinfecções em 132 propriedades. 18 propriedades foram desmobilizadas pelos antigos proprietários e 10 foram excluídas (exclusão da demolição das cercas de divisas), totalizando a conclusão do serviço em 160 propriedades. Das 51 propriedades com benfeitorias que faltam ser executadas, 32 estão desocupadas e autorizadas as suas demolições e 21 aguardam a liberação.

Propriedades	Quantidade	%
Demolidas/Desinfetadas	132	62%
Desmobilizadas por Completo pelos Proprietários	18	8,40%
Excluídas	10	4,70%
À Serem Executadas	-	-
Autorizadas	32	15,00%
Não Autorizadas	21	9,90%
Total	213	100%

No que diz respeito ao Reassentamento Rural Coletivo – RRC, para os beneficiários optantes por esta modalidade foram apresentadas duas propostas quanto à localização da residência, sendo uma casa na área rural e a segunda, uma casa em Nova Mutum Paraná e um lote em área próxima ao local. Todos os beneficiários optaram pela segunda opção.

Os lotes rurais possuem cerca de 15 ha de área para cultivo e desenvolvimento de projetos e uma reserva legal em condomínio de 60 ha. A apresentação da área do reassentamento e a escolha dos lotes foram realizadas em janeiro de 2011. Em de abril de 2011 houve a distribuição dos lotes de acordo com as regras adotadas pelos próprios reassentados.

Quanto a Assistência Técnica, Social e Ambiental, a primeira atividade executada no projeto de reassentamento foi o preparo do solo - setembro de 2011 e posterior plantio da área de 01 hectare destinado à subsistência das famílias. O preparo do solo contemplou todo o serviço necessário para correção e adubação do solo, além do fornecimento dos insumos necessários (adubos, sementes, manivas de mandioca) e o acompanhamento técnico em todas as etapas.

Além da área de 1 (um) ha cultivada, o beneficiário tem direito a um projeto para geração de renda no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para investimento em sua propriedade. Os Projetos de Renda levam em consideração a aptidão da área, as peculiaridades do beneficiário, o dimensionamento das terras, as condições de comercialização dos produtos, dentre outras definições.

Propriedades com Projetos de Renda já concluídos e em implantação	17	48,57%
Propriedades com projetos para serem concluídos até 15/04	11	31,43%
Projetos de Renda em definição	4	11,43%
Projetos de Renda não definidos	3	8,57%
Total de projetos	35	100%

Como parte do Programa de Remanejamento, o Subprograma de Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida visa conhecer e, posteriormente, comparar a situação das famílias no contexto social e econômico existente após a mudança compulsória, avaliando as alterações ocorridas em diversos aspectos.

O Subprograma no decorrer do processo de transferência da população identificará as condições fundamentais para que os grupos afetados retomem suas atividades produtivas e comunitárias – em uma nova organização social (alterada), observando também a adequação da infraestrutura básica (moradia, acesso a serviços básicos como saneamento, água, saúde, telefone público, educação, energia elétrica, segurança, lazer e transporte) e avaliando, quantitativa e qualitativamente, a evolução das famílias, nas novas propriedades.

Iniciado em agosto de 2011, o Subprograma acompanhou as famílias remanejadas pela formação do Reservatório do AHE de Jirau, após o processo de mudança compulsória.

Deste modo, no período de setembro a dezembro de 2011 foi realizada a primeira Campanha de Campo da Etapa T1 para o público alvo deste subprograma, entre estas as famílias optantes por uma das seguintes categorias: Carta de Crédito Urbano ou Rural, Reassentamento Urbano ou Rural e Indenização Parcial para Beneficiários Residentes.

O Monitoramento avaliará quantitativamente e qualitativamente o impacto do processo de remanejamento quanto à dinâmica socioeconômica da população atingida, observando, para isso, possíveis desvios entre o executado e o que foi planejado pelo Programa de Remanejamento.

Essa avaliação baseia-se em uma metodologia, elaborada para avaliar a realidade do remanejamento compulsório, buscando, sobretudo, utilizar parâmetros regionais de exploração da terra e de modo de vida da população estudada para a análise da Dinâmica Socioeconômica do grupo.

Os resultados são extraídos da avaliação de 6 (seis) indicadores socioeconômicos que abordam desde o desenvolvimento da propriedade até a dinâmica social das famílias. São eles: *Situação Econômica das Famílias; Disponibilidade e/ou uso de Serviços; Infraestrutura; Dinâmica Socioespacial; Sustentabilidade Ambiental e Saúde.*

Cada indicador agrupa um número de variáveis aptos de fornecer os insumos para sua avaliação. A partir das variáveis são formuladas as questões que orientarão os pesquisadores durante a entrevista. Em seguida, são atribuídas notas às variáveis através da comparação entre a observação dos entrevistados *in loco* e os parâmetros metodológicos.

Durante este período do trabalho, observou-se que alguns elementos, sofreram mudanças ao longo do processo de remanejamento:

- Carta de Crédito (Rural e/ou Urbana)

Para os beneficiados por Carta de Crédito Urbana ou Rural, os dois aspectos mais relevantes, percebidos junto aos beneficiários, mostrando-se satisfeitos com a nova realidade urbana e patrimonial, foram: 1) ter casa própria e 2) acesso facilitado a meios de comunicação.

- Reassentamento Urbano

O acesso facilitado a serviços de banco e a meios de comunicação; a melhoria na infraestrutura (água encanada, energia elétrica, asfalto e esgoto) e melhoria no quesito saúde (diminuiu a incidência de malária na comunidade), foram as alterações mais notáveis na dinâmica urbana, comparadas a Mutum Paraná.

- Reassentamento Rural

As famílias optantes pelo Reassentamento Rural serão entrevistadas para a próxima etapa, o que se pode perceber na etapa T0 foi a satisfação pela possibilidade de incremento patrimonial, melhora na infraestrutura e pela localização do lote rural próximo ao centro urbano, facilitando o escoamento da futura produção. Notou-se também preocupação com o restabelecimento da geração de renda, fato que será mais bem avaliada na etapa T1.

Com relação ao Subprograma de Monitoramento da Viabilidade Econômica de Atividades Reorganizadas, o prazo de execução para as atividades de monitoramento é de 3 (três) anos após a entrada em operação do AHE Jirau.

10. ANEXOS

- Anexo 10.1. Processos Urbanos
- Anexo 10.2. Processos rurais
- Anexo 10.3. Planilha da Situação dos Projetos de Renda
- Anexo 10.4. Controle de Plantio e Entrega de Produtos
- Anexo 10.5. Posição sobre Verba de Manutenção Temporária
- Anexo 10.6. Situação dos Estudos de Viabilidade
- Anexo 10.7. ABR_Relatório Final e Anexos
- Anexo 10.8. CONCIPLAN_Relatório Cosolidado Rural
- Anexo 10.9. CONCIPLAN_Relatório Trimestral Rural
- Anexo 10.10. CONCIPLAN_Relatório Final Urbano
- Anexo 10.11. CSX_Relatório Consolidado
- Anexo 10.12. CSX_Relatório Trimestral
- Anexo 10.13. ESCAVABEM_Relatório Consolidado
- Anexo 10.14. GLOBAL_Relatório Consolidado
- Anexo 10.15. Cronograma
- Anexo 10.16. Relatório de Avanço 1e 2- Adequação de Critérios de Avaliação Rural e Negociação das Propriedades Atingidas
- Anexo 10.17. Certidão de Viabilidade Ambiental Nº 282/2011.
- Anexo 10.18. Mapa da_Certidão de Viabilidade Ambiental
- Anexo 10.19. ECSA Relatório Trimestral. Subprograma Reorganização Atividades Produtivas. Dez. 2011, Janeiro e Fevereiro 2012
- Anexo 10.20. ECSA Relatório Semestral. Subprograma de Reorganização das Atividades Produtivas. Junho de 2011 a Fevereiro de 2012
- Anexo 10.21. ASSIST. Diagnostico da Situação Econômica e Dinâmica Socioespacial das Famílias de Reassentamento Urbano - Nova Mutum Paraná
- Anexo 10.22. ASSIST. Relatório Semestral Relatório Situacional de Atividades do Monitoramento da Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida da população atingida pela Usina Hidrelétrica Jirau. Agosto/2011 – Março/2012.